

**O** caderno *Tô no Rumor: Trabalho* compõe um conjunto de materiais produzidos com a finalidade de apoiar jovens e estudantes do ensino médio da rede pública a pensarem sobre as suas trajetórias, considerando a escolha, a formação e a inserção profissional.

O projeto *Tô no Rumor* é uma iniciativa que vem se constituindo desde 2008, por meio do desenvolvimento de uma metodologia para que esses temas possam ser incorporados nos espaços educativos. Desde esse período, mais de 6 mil estudantes de escolas públicas da região metropolitana de São Paulo já participaram do projeto.

Este caderno tem como foco pensar o mundo do trabalho no espaço urbano, as mudanças que nele vêm ocorrendo no período recente e os desafios com que jovens se deparam para se inserir profissionalmente. O material ajuda a refletir sobre as desigualdades nesse campo, considerando, em especial, os marcadores de renda, raça e de gênero, a construção de políticas públicas e as lutas pela garantia do direito ao trabalho.

Os textos e as atividades propostas têm a intenção de abrir um diálogo que combine o acesso a informações com algumas reflexões fundamentais para que a juventude pense sobre o seu futuro.

Tô no Rumor: Trabalho



# Tô no Rumor: Trabalho

SUBSÍDIOS PARA EDUCADORAS E EDUCADORES

Apoio

terre des hommes  
Apoio à Infância

Realização

ação  
educativa

ação  
educativa



# Tô no Rumor: Trabalho

SUBSÍDIOS PARA EDUCADORAS E EDUCADORES

SÃO PAULO | 2020





## Projeto Tô no Rumo

### Equipe

Gabriel Di Pierro (coordenação)  
Karina Marta  
Vanessa Cândida

### Textos

Bárbara Lopes  
Gabriel Di Pierro  
Renato Souza de Almeida  
Vanessa Cândida

### Revisão técnica

Maria Virgínia de Freitas  
Renato Souza de Almeida

### Revisão de texto

Jandira Queiroz

### Projeto gráfico

SM&A Design

### Ilustrações

Fido Nesti

SÃO PAULO | 2020

## Sumário

Apresentação	<b>5</b>
Texto de apoio 1 – Juventude e mundo do trabalho	<b>9</b>
Texto de apoio 2 – Novos empregos e velhos trabalhos	<b>17</b>
Texto de apoio 3 – Novas lutas e experiências no mundo do trabalho	<b>27</b>
Atividades	<b>33</b>
Referências bibliográficas	<b>52</b>
Links e conteúdos úteis	<b>56</b>

Apoio



Realização





# 5

## Apresentação

**B**oa parte da juventude brasileira frequentou a rede pública de ensino médio nas últimas décadas. Ainda que uma parcela significativa de jovens tenha permanecido fora da escola, a democratização do ensino básico possibilitou, sobretudo a jovens de camadas populares, a vivência de um “tempo dos estudos”. A escola pública passa a lidar, então, com estudantes com perfis, bagagens e demandas muito diversas, o que, por si só, é um desafio e tanto. Vale considerar também que essa expansão de matrículas ao longo dos anos 1990 não veio acompanhada de grandes investimentos públicos e se realizou num contexto de aumento da violência urbana, crise econômica e altos índices de desemprego. Não à toa, o ensino médio público se tornou objeto de intensos debates em torno da sua identidade, das suas prioridades e da sua capacidade de produzir sentido para essa juventude.

Uma das questões que estão colocadas é de que forma a escola pode contribuir para que estudantes pensem as suas trajetórias individuais e coletivas, os seus projetos futuros e, sobretudo, a sua inserção no mundo do trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases define, entre os objetivos do ensino médio brasileiro, a “preparação básica para o mundo do trabalho e cidadania”, dimensão reafirmada nas mais recentes reformas educacionais, que introduzem uma série de novos componentes curriculares que dialogam com o que seriam os desafios do mundo do trabalho e as suas transformações.

Professoras e professores são, portanto, desafiados a fazer o diálogo no espaço escolar com essa juventude. Mas com base em quais referenciais? Qual o olhar dirigido a essas e esses estudantes? Qual a capacidade de promover conversas, ouvir angústias, reconhecer e processar as experiências vividas, as dúvidas e as expectativas a respeito do futuro? Como apoiar jovens de modo que tenham maior acesso a um conjunto de informações e reflexões acerca da escolha de uma profissão, da formação além da educação básica e da importante tarefa de realizar-se profissionalmente?

O caderno *Tô no Rumor: Trabalho* traz um conjunto de referências (textos, atividades e recursos) que buscam estimular e enriquecer esse diálogo. Tomamos como ponto de partida a metodologia pedagógica que temos desenvolvido desde 2010 em diversas escolas públicas de ensino médio, com a contribuição de educadoras e educadores, estudantes e especialistas, no sentido de ajudar jovens a pensarem sobre as dimensões da escolha, da formação e da inserção profissional.

Esperamos que o caderno *Tô no Rumor: Trabalho* possa animar boas conversas.

Boa leitura!



Textos  
Textos de apoio



# 9

## Texto de apoio 1 | Juventude e mundo trabalho

O Estatuto da Juventude, instituído em 2013 por meio da Lei n. 12.852, define jovens como pessoas que se situam na faixa entre 15 e 29 anos de idade. No entanto, o significado e a experiência de ser jovem no nosso país, refletidos na legislação, não se reduzem à idade biológica ou até mesmo à ideia de uma fase provisória que marcaria a passagem da infância para a vida adulta. As definições etárias e os marcos de cada fase da vida variam consideravelmente entre diferentes sociedades e tempos históricos, indicando que se trata, sobretudo, de uma construção social, cultural e histórica bastante complexa e sujeita a mudanças.

A modernidade consagra uma visão de jovem muito ligada à ideia de etapa preparatória, marcada pela presença na escola e pela tarefa da inserção no mundo do trabalho. De fato, a constituição de seu próprio núcleo familiar, de um estilo de vida próprio, o início da vida profissional e a independência financeira são considerados marcos importantes para a conquista de autonomia, o que demarca a entrada na vida adulta. Contudo, as experiências concretas, assim como as condições de realizar essas transições, variam significativamente de jovem para jovem, entre grupos sociais e contextos distintos. As expectativas sociais e os modelos de juventude nem sempre correspondem às possibilidades concretas de sua realização. Por isso, os estudos nesse campo procuram diferenciar o conceito de “juventude” do que significa “ser jovem”. Nesse caso, estamos falando de diferenças entre ambientes urbanos ou rurais, desigualdades de renda, de gênero, de raça, entre tantos outros aspectos que nos levam a considerar as juventudes como um grande mosaico de vivências, com suas especificidades.

Ao mesmo tempo, há diferenças importantes entre as gerações, que chegam ao mundo em tempos muito distintos, compondo, como aponta o sociólogo húngaro Karl Mannheim, o que seria um conjunto de experiências comuns, que de algum modo conferem uma unidade geracional. Isso quer dizer que as jovens e os jovens de hoje compartilham desafios e possibilidades próprias do seu tempo: morar, estudar, se vestir, se deslocar pela cidade, trabalhar, se relacionar afetivamente, tudo dentro de um conjunto de possibilidades que, em alguma medida, são comuns.

Essa experiência de uma geração também está ligada ao fato de que a juventude herda um conjunto de tradições e práticas sociais que certamente irão se transformar com base nos seus estranhamentos, nas tensões e nas disputas que essa juventude irá protagonizar. Como Mannheim aponta em “O problema sociológico das gerações” (1982), embora não sejam inerentemente conservadores ou progressistas, as jovens e os jovens estão potencialmente prontos “para qualquer nova oportunidade”. Segundo o sociólogo, jovens possuem certa facilidade a se adaptar às mudanças que estão sendo vividas e, ao mesmo, tempo, tendem a questionar e contestar a ordem social estabelecida.

Esse processo envolve a construção de suas identidades, ligada à capacidade de analisar situações, definir prioridades, julgar e fazer escolhas, cada vez mais rejeitando a tutela do mundo adulto e adquirindo maior autonomia. Uma autonomia em constante diálogo com o seu meio social, suas restrições e possibilidades, na qual um elemento muito importante é a possibilidade de *experimentar*, fazendo escolhas não definitivas e incorporando, assim, um leque cada vez maior de experiências. Ao mesmo tempo que a juventude assume a tarefa da inserção no mundo adulto, ela demanda espaço de fruição e lazer, de livre expressão, de circulação, podendo envolver o erro e a dimensão do risco, combinando momentos de maior ou menor responsabilidade.

De modo geral, uma expectativa bastante comum é de que jovens se dediquem aos estudos, possam ingressar num curso de nível superior para então ingressar no mundo do trabalho. No entanto, essa condição parece plausível somente se consideramos as famílias dos extratos de média e alta renda. No Brasil, o acesso à escola se caracteriza por ser tardio para a maior parte da juventude, enquanto significativa parcela de adolescentes e jovens sempre esteve presente no mercado de trabalho, inclusive fora da idade considerada legal para tanto. As formas e os tempos se diversificam, as transições não são as mesmas entre jovens mulheres que se tornam mães, para a juventude negra, do campo, ou aquela que reside em bairros periféricos dos centros urbanos, ou ainda para jovens cujos pais não tiveram acesso às etapas mais avançadas da educação básica, entre outros.

Uma parcela da juventude sempre conciliou estudos e trabalho ou lidou com idas e vindas, ora priorizando um, ora priorizando outro. No Brasil, boa parte dos jovens está envolvida com o trabalho desde cedo, muitas vezes na forma de bicos, mobilizando múltiplas estratégias para ganhar a vida.

As mudanças que o mundo do trabalho vem vivendo em todo o mundo desde o fim dos anos 1970 impactaram a forma como jovens vão vivenciar essa transição na vida adulta. Os percursos se tornam menos previsíveis e marcados por *reversibilidades*, aquilo que o sociólogo José Machado Pais (2001), falando da juventude europeia, chama de “trajetórias ioiô”: jovens saindo e retornando para a casa de seus pais, experimentando emprego e desemprego, indefinições e impermanências cada vez maiores.

No artigo “Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo” (2005), a socióloga Carmen Leccardi observa que, no mundo contemporâneo, onde se celebram as novas tecnologias e transformações cada vez mais aceleradas, se valorizam o risco e a flexibilidade, se convive com a hipótese cada vez mais eminente de uma calamidade ambiental, os jovens encontram mais dificuldade de planejar o seu futuro. A possibilidade de se projetar ao longo de alguns anos, de atribuir sentido para a vida nessa realização futura, vai se enfraquecendo, como uma neblina que baixa sobre os horizontes, dando lugar ao que ela chama de “presente estendido”. Trata-se de uma dinâmica de permanente experimentação de possibilidades, na qual a juventude vai se projetando aos poucos, a partir do que vai aparecendo à frente e com os recursos que se tem em mãos. Assim, cada vez mais, as possibilidades de construir sentido se deslocam do futuro para o presente.

Então, o que significa pensar em projetos de vida nessa etapa? É interessante como o mundo adulto por vezes cobra dos mais jovens um comprometimento com o seu futuro, mesmo que as condições de construção e realização de seus projetos não estejam efetivamente dadas. Quando se está confuso sobre os próximos passos, costuma-se demandar que esses estudantes enxerguem cenários e construam planos em condições adversas. As jovens e os jovens podem então ser julgados como dispersos, desinteressados e desleixados, quando, na verdade, lidam com circunstâncias herdadas do mundo adulto.

Além disso, a juventude reivindica o seu reconhecimento com base nas vivências do presente, não apenas como sujeitos “em amadurecimento”, cuja realização se dá no futuro, mas como alguém que já possui experiências, demandas, ideias e visões de mundo que precisam ser ouvidas. Nessa perspectiva, o olhar do mundo adulto deveria ser menos pautado nas faltas e nas incapacidades juvenis ou em estratégias de controle sobre esse segmento social. Ao contrário, seria preciso compreender a juventude em sua diversidade, os seus contextos de vida, as suas realizações e as suas potencialidades.

### A busca por trabalho e o desemprego juvenil

A educação e o trabalho estão no centro das preocupações da juventude brasileira, como já mostraram importantes pesquisas nesse campo<sup>1</sup>. A Agenda Juventude Brasil, pesquisa realizada em 2013 pela Secretaria Nacional de Juventude, consultou jovens na faixa entre 15 e 29 anos em todo o país e apontou que: a) entre estudantes e ex-estudantes, a experiência na escola foi considerada importante para o seu futuro profissional e para a obtenção de trabalho; b) 66% pretendiam cursar o ensino superior após a educação básica; c) a “preparação para o mercado de trabalho” foi a opção mais mencionada entre as principais razões para estudar.<sup>2</sup>

Em “Trabalho e condição juvenil: permanências, mudanças, desafios”, Maria Carla Corrochano e Maria Virgínia Freitas (2016) debatem dados da Agenda Juventude Brasil sobre a relação dos jovens com o mundo do trabalho. Quando perguntados a respeito de seus sonhos, 48% dessas jovens e desses jovens indicam questões relativas ao trabalho, destacando a busca por “um bom emprego”, “entrar no mundo do trabalho”, “ter realização profissional” (aspectos mais fortes entre os mais jovens, sendo a maior parte estudantes pertencentes a estratos sociais de mais baixa renda). Mais da metade disse contribuir com a renda familiar, número que salta para 70% quando considerados jovens entre 25 e 29 anos.

Na mesma pesquisa, a ideia de trabalhar aparece vinculada a três elementos diferentes: por necessidade (33% das respostas), para ter independência (25% das respostas) e como forma de realização pessoal (20% das respostas). Os aspectos positivos do trabalho foram associados tanto a ter um bom salário (39% das respostas) quanto às dimensões de realização pessoal e profissional (35%), como conhecimento e experiência adquiridos, possibilidade de crescimento na carreira, poder ajudar a família e ter autonomia financeira. O interesse da juventude não apenas pela remuneração em si, mas pela possibilidade de circulação em diferentes espaços, para “ganhar o mundo da rua”, especialmente entre as jovens mulheres, em geral mais presas ao espaço doméstico.

Esses aspectos mostram que, ainda que sujeitos a condições laborais precárias, a constrangimentos diversos e à situação do desemprego, jovens brasileiras e brasileiros estão muito implicados na continuidade dos estudos e na esfera do trabalho. Boa parte da juventude há muito vem assumindo em suas vidas responsabilidades bastante significativas. Vale considerar aqui também o trabalho doméstico e de cuidados com as crianças, realizado com mais intensidade pelas jovens mulheres em relação aos rapazes. Contudo, os sentidos atribuídos ao trabalho são muito diversos, e a busca por um bom trabalho segue na ordem do dia, a despeito das condições extremamente desafiadoras para realizá-la.

#### Trabalho precário e trabalho decente

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define **trabalho precário** com base em sete dimensões inter-relacionadas: a) falta de oportunidades de emprego; b) proteção inadequada

<sup>1</sup> Destacamos aqui a pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, produzida em 2003 por meio do Projeto Juventude, parceria entre o Instituto Cidadania e o Sebrae, e a pesquisa Agenda Juventude Brasil, produzida em 2013 pela Secretaria Nacional de Juventude.

<sup>2</sup> De outro lado, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua de 2017 revelou que trabalhar, estar à procura de emprego ou ter conseguido uma vaga foram as principais justificativas para a interrupção dos estudos, apontadas por 39,6% dos jovens.

contra a perda de emprego ou despedida arbitrária; c) impossibilidade de continuar em uma ocupação particular por causa da falta de delimitações de ofício e qualificações de trabalho; d) condições frágeis de segurança ocupacional e saúde; e) falta de acesso à educação básica e a algum treinamento vocacional; f) nível inadequado de renda, nenhuma garantia de recebimento ou expectativa de um nível adequado de renda atual e futura; g) falta de direitos individuais em leis e de direitos coletivos para negociar.

Já o **trabalho decente** é definido pela mesma OIT como “um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna”. Essa noção de trabalho decente se apoia em quatro pilares estratégicos: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e aos direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de trabalho forçado, abolição efetiva do trabalho infantil e eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) diálogo social.

A juventude ingressa no mundo do trabalho enfrentando condições mais desfavoráveis que as enfrentadas pelos adultos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2018 indicavam que a taxa de desemprego entre jovens na faixa dos 18 aos 24 anos era de 26,6%, mais que o dobro da média geral (12,4%). Quando trabalham, ocupam especialmente áreas em que há maior informalidade e rotatividade, como os setores do comércio varejista, de serviços e da construção civil. Quando falamos de acesso ao trabalho, é preciso considerar que:

“A participação de jovens no mercado de trabalho no Brasil é marcada por vários desafios, como informalidade, baixa remuneração, alto índice de rotatividade, precarização da relação de trabalho e dificuldade de conciliação entre estudos, responsabilidades familiares e trabalho. O desemprego entre os jovens brasileiros é de duas a três vezes maior do que o desemprego entre os adultos” (Organização Internacional do Trabalho, *Emprego juvenil no Brasil*, 2020).

Frequentemente, a dificuldade dos jovens de obter emprego é associada à falta de experiência (ligada à própria idade) ou à falta de qualificação, mas há outros marcadores formais e informais de discriminação presentes na busca por trabalho. O gênero, a sexualidade, a cor/raça, a aparência, o local de moradia, a presença de filhos e o prestígio das instituições escolares (ou a sua falta) são alguns deles. Quantas vezes jovens de periferia, tendo os seus territórios associados à violência urbana, são julgados como menos aptos a uma vaga de emprego?

Um aspecto que as pesquisas mostram como positivamente importante na busca do primeiro emprego no Brasil é a possibilidade de uma rede de contatos e outros mecanismos informais de intermediação. Em geral, são familiares, conhecidos e amigos que viabilizam os primeiros trabalhos para esses jovens, quase sempre próximo do seu local de moradia. Em seu estudo sobre a região metropolitana de São Paulo, Nadya Araujo Guimarães (2006) identificou que uma parcela dessa juventude realizava bicos e atividades

remuneradas, mas não entendia isso propriamente como um ingresso no mundo do trabalho. Essas atividades costumam ser vistas pelas jovens e pelos jovens como uma forma de viabilizar os estudos e algumas despesas pessoais, vislumbrando, num futuro próximo, uma atuação profissional na sua área de interesse ou de estudo (no caso daqueles que cursam nível técnico ou ensino superior). Diante das opções disponíveis (que, em geral, exigem qualificação mais baixa), o trabalho como possibilidade de realização profissional quase sempre é deixado no plano futuro pela juventude mais pobre e periférica.

A necessidade de “se virar” muitas vezes se impõe como realidade para a maioria das jovens e dos jovens no mercado de trabalho brasileiro, com idas e vindas e com uma instabilidade que se estende no tempo, trazendo inquietação. Conforme o diploma escolar deixa de ter maior valor na disputa por uma vaga, em função das reestruturações do mundo do trabalho, as famílias acabam apostando na ideia de que a juventude deve buscar qualificação profissional para se tornar mais empregável, ou até gerir um empreendimento próprio, ainda que partindo do nada. Assim, o trabalho vai aparecendo cada vez menos como um direito socialmente reconhecido, sendo experimentado de forma bastante individualizada, com a responsabilidade de sucesso ou fracasso recaindo sobre cada jovem, que passa a internalizar essas experiências.

Com isso, toda essa caminhada é feita em silêncio, e as jovens e os jovens guardam para si as suas inquietações, os seus anseios e as suas frustrações, sentindo-se especialmente culpados quando não conseguem obter avanços na direção daquilo que realmente almejam (ou daquilo que compõe as expectativas a seu respeito). Por isso, esperam apoio por parte das instituições escolares, como indica Corrochano:

“Ao terminar o ensino médio, parecem sentir falta de uma espécie de mapa de orientação. As respostas não estão apenas na inserção no mundo do trabalho, e muitos jovens nem querem apenas isso. Um curso técnico? O ensino superior? Um trabalho decente? Em que área? Em quais condições? A escola poderia dotar seus alunos de conhecimentos e atitudes que os fizessem mais seguros para construir respostas para essas questões. [...] O que esses jovens sabem sobre instituições de ensino superior e formas de ingresso, sobre bolsas de estudo, estágios, concursos, empregos e os modos de encontrá-los?” (CORROCHANO, 2014, p. 222).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2004 mostrava que, na faixa dos 15 aos 17 anos, 65,9% dos jovens se dedicavam exclusivamente aos estudos e 21,9% combinavam trabalho e estudos, enquanto 5,7% estavam somente trabalhando. Em 2014, a parcela de jovens que se dedicavam exclusivamente aos estudos chegou a 71,6. Esses dados indicavam que, a partir dos anos 2000, uma parcela significativa da juventude pôde se dedicar mais à sua formação, adiando a entrada no mundo do trabalho. Houve também um importante aumento do número de jovens que acessaram o ensino superior, o que significou a incorporação de jovens de baixa renda, especialmente negros do sexo masculino, segmento historicamente mais afetado pelas desigualdades educacionais. De modo geral, os 18 anos marcam o momento em que a maior parte de jovens ingressa no mundo do trabalho, acessando o mercado ou buscando emprego.

Dados analisados por Fabiana Augusta Alves Jardim e Wilson Mesquita de Almeida (2016) indicam que, a partir dos anos 2000, um período de crescimento econômico impulsionou o acesso de jovens a



postos de trabalho mais protegidos, ampliando a renda familiar e permitindo que mais jovens adiem a entrada no mercado para investir nos estudos. Contudo, a remuneração e as condições de trabalho se distanciaram do que seriam direitos associados ao trabalho formal, um indicativo de que até mesmo esses postos foram marcados por maior precariedade.

Já naquela época um setor que se expandia significativamente e representava uma porta de entrada para jovens era (e continua sendo) o telemarketing, frequentemente associado a uma atividade maçante, com poucas perspectivas de crescimento pessoal e profissional, pouco tempo de permanência e altas taxas de adoecimento. Ainda assim, para muitos jovens, essa ocupação é uma porta de entrada para o mercado de trabalho. Empregando sobretudo uma parcela jovem formada por pessoas negras, mulheres, LGBTQI+, com corpos fora do padrão social de beleza, as empresas de call center costumam ser vistas como uma “estratégia de passagem” para, por exemplo, custear a faculdade. Para algumas mulheres (negras sobretudo) também representam um meio de escapar do trabalho doméstico remunerado, considerando a trajetória das demais mulheres de suas famílias.

Retomando os dados da Agenda Juventude Brasil (2013), os jovens diziam que, ao buscar trabalho, valorizavam o salário (63% das respostas), mas também o registro na carteira (33%), a chance de crescimento na carreira (17%) e a localização/acesso (17%). Os horários mais flexíveis eram especialmente demandados por jovens das áreas urbanas, jovens mulheres, jovens negras e negros e também por jovens com maior renda e mais escolarização.

Um dos aspectos negativos mais relacionados ao trabalho tem a ver com as jornadas e as possibilidades de conciliar diferentes atividades. A Pnad Ccontínua de 2019 indicou que, no Brasil, 13,5% de jovens com idade entre 15 e 29 anos conciliavam trabalho e estudos, 28,6% se dedicavam somente aos estudos, 34,9% somente trabalhavam e 23% não estavam ocupados nem estudando. Entre os jovens de 19 a 24 anos, a combinação dos estudos com o trabalho é significativamente maior e vem se intensificando: se, em 2016, 45,4% se encontravam nessa condição, esse número vai chegar a 48,3% em 2019. Entre jovens que cursam nível superior em instituições privadas, o número nesse mesmo ano ultrapassava os 53%.<sup>3</sup>

As altas jornadas com as quais a juventude lida dialogam diretamente com outras questões além dos estudos. Em 2014, jovens dedicavam uma média de 16,5 horas semanais ao trabalho doméstico não remunerado e com cuidados de crianças. Tendo em vista que a jornada média era de 40 horas, a jornada total de trabalho chegava a 56 horas semanais.<sup>4</sup> Certamente, essa dimensão tem sido muito mais significativa para as jovens mulheres, que, como indicado na mesma Pnad, costumam dedicar cerca do dobro de tempo às atividades domésticas não remuneradas (uma marca dos estereótipos de gênero e da persistente desigualdade da divisão desse trabalho entre homens e mulheres)<sup>5</sup>. Isso se torna mais significativo entre as jovens mães, sobretudo por conta do grande déficit de vagas nas creches públicas.

<sup>3</sup> Os dados são da consultoria IDados, com base na Pnad Contínua de 2019.

<sup>4</sup> Conforme indicam Corrochano, Abramo e Abramo no artigo “O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites”, em *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, v. 36, p. 41-58. Buenos Aires, jan. 2017.

<sup>5</sup> Essa desigualdade se mantém ainda hoje, conforme revelam os dados da Pnad Contínua de 2019.

Há ainda questões ligadas aos problemas de mobilidade urbana, especialmente nas grandes cidades, onde os deslocamentos são muito extenuantes para jovens moradores da periferia. A pesquisa *Viver em São Paulo: Mobilidade Urbana*, feita pela Rede Nossa São Paulo e pelo Ibope Inteligência, indicava que, em 2018, o tempo gasto diariamente no deslocamento para a sua principal atividade girava em torno de 2 horas (ida e volta), sendo significativamente maior para o segmento juvenil (de 16 a 24 anos) e que morava fora da área central (na zona leste, por exemplo, esse deslocamento chegava a ser quase 40 minutos maior).

### Desmistificando a juventude “nem-nem”

Nos últimos anos, um tema de grande destaque nas mídias tem sido o importante número de jovens que não estão trabalhando nem estudando, os chamados “nem-nem”. Os dados demonstram que grande parcela da população se encontra nessa condição, quase um quarto da juventude, o que, de certo modo, justifica esse interesse da mídia e de alguns setores. Contudo, por vezes, a abordagem da questão é reforçadora de estereótipos negativos, em especial sugerindo leituras que atribuam a esses jovens a ideia de que estão “desmotivados” ou pouco implicados com as suas trajetórias. No imaginário geral, essa conclusão dialoga com a imagem do jovem “sem futuro”, ocioso e mais propenso à criminalidade e ao risco. Voltamos, então, àquela juventude tratada como problema social nas décadas de 1980 e 1990, quando a crise econômica e a violência urbana colocaram um carimbo negativo sobre a juventude (inclusive agravando a sua dificuldade de acessar trabalho).

Na verdade, o principal segmento simultaneamente sem acesso ao trabalho e aos estudos são as mulheres negras jovens. Segundo dados da Pnad Contínua de 2019, enquanto 17,6% dos homens estavam nessa situação, o percentual subia para 28,4% entre as jovens, e as taxas entre as mulheres negras jovens era maior que o dobro (34%) em comparação aos homens brancos jovens (14,6%). Ainda conforme essa pesquisa, permaneciam sem estudo e sem trabalho principalmente jovens na faixa dos 18 aos 29 anos, e uma parcela muito significativa deles (mais de 74%) não havia concluído a educação básica, embora outra parcela também importante tivesse o diploma de ensino médio. Esses perfis demandam uma abordagem complexa do tema.

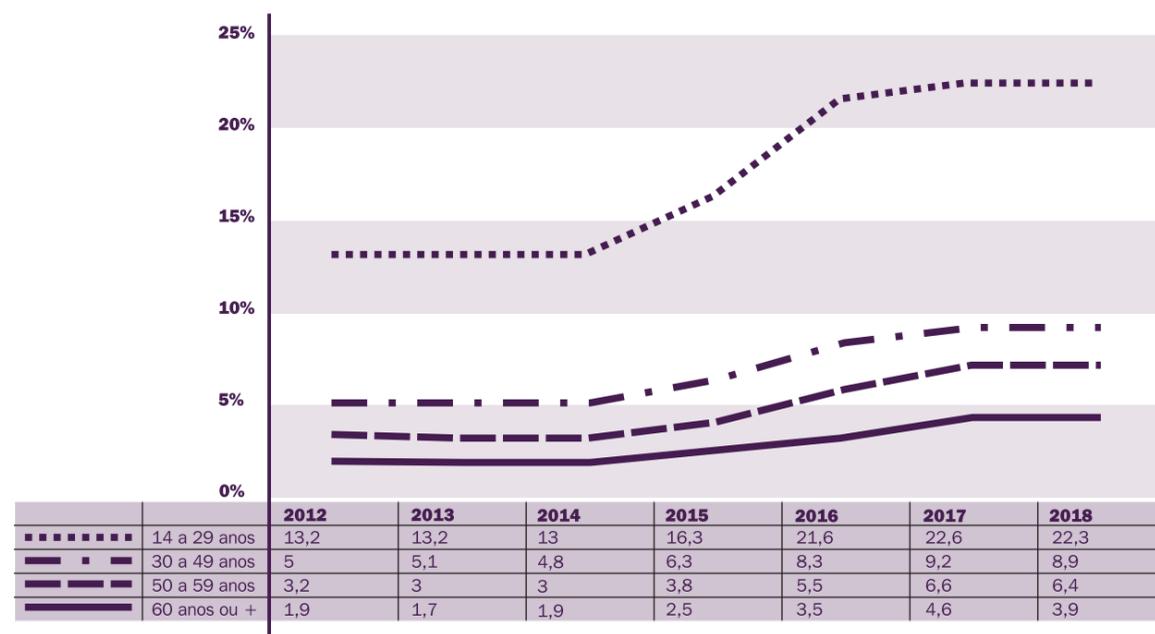
Os afazeres domésticos e os cuidados de pessoas estão entre as principais barreiras enfrentadas pelos jovens para continuar os estudos ou arrumar um trabalho remunerado. Boa parte das jovens sem trabalho ou estudo são mães e estão inativas (nem trabalham, nem buscam trabalho). É importante ainda considerar os números crescentes de desalento<sup>6</sup>, categoria que representa aquela parcela da população que desistiu de procurar emprego, indícios que levam a crer que esses segmentos da juventude são especialmente desassistidos em relação ao acesso a esses direitos educativos e laborais. Por isso, há especialistas do campo da juventude que preferem chamar esse segmento de

<sup>6</sup> Segundo a Pnad Contínua de 2020, a taxa de desalentados no país passou de 4,2% para 4,3% entre o último trimestre de 2019 e o primeiro trimestre de 2020, o que representa 4,8 milhões de pessoas com 14 anos ou mais nessa condição.

jovens “sem-sem”, pela ausência da garantia de seus direitos e de políticas públicas que atendam às suas questões.

Nos últimos anos, houve um significativo aumento do desemprego entre jovens de 15 a 29 anos: em 2012, havia 13,1% de jovens sem trabalho, passando a 22,2% em 2019. A faixa entre 18 e 24 anos chegava a 27,3% de desempregados nesse mesmo ano. O gráfico a seguir mostra a evolução das taxas de desocupação<sup>7</sup> entre 2012 e 2018 para as diferentes faixas etárias.

**Taxa de ocupação por grupos de idade (Brasil, 2012-2018)**



Se houve um período, depois dos anos 2000, em que a escolarização da juventude ampliou (junto com o acesso ao ensino superior) e as condições gerais de exercer uma ocupação também melhoraram (ainda que de forma limitada, sobretudo para certos grupos em que o trabalho assalariado nunca foi uma realidade), já é possível constatar mudanças de cenário. À medida que jovens oriundos da escola pública, negros e de mais baixa renda, nascidos ao longo dos anos 2000, vivenciaram uma condição mais favorável em relação à geração dos anos 1990, as suas expectativas em relação ao horizonte profissional parecem ter se elevado. Agora será preciso compreender como a juventude lidará com um novo momento que, ao que tudo indica, não será tão passageiro.

Nas instituições públicas, nas organizações que discutem o tema da juventude, nas mídias e nas redes sociais, vamos acompanhando uma forte disputa a respeito das formas como o mundo adulto lida com essas questões: emprego e desemprego, formação, acesso ao ensino superior, desenvolvimento de carreiras, atitudes e comportamentos juvenis a serem valorizados e estimulados. O discurso da empregabilidade – que atribui a responsabilidade a jovens (e suas famílias) pelo seu sucesso

<sup>7</sup> Desocupação é a forma como o IBGE se refere ao desemprego.

profissional, definindo certos requisitos e atitudes necessárias – segue com grande força, considerando as perspectivas que entendem que é preciso conter os gastos públicos, inclusive retraindo as políticas sociais, apostando nas iniciativas empreendedoras e no mercado. De outro lado, há a concepção expressa no Estatuto da Juventude que reconhece as jovens e os jovens como sujeitos de direito e que atribui ao Estado a responsabilidade de desenvolver políticas públicas que visem realizá-los, envolvendo a escuta e a participação dessa juventude, de modo que as ações dialoguem com suas questões, desejos e dilemas.

A juventude vivencia diretamente essas transformações de forma muito distinta, de acordo com a região onde vive, a raça/cor e a origem étnica, o gênero e a orientação sexual, entre outros tantos aspectos que criam distinções e diversificam as vivências. É importante ressaltar que a juventude lida de modo bastante ativo com esses desafios: dentro do ônibus ou do metrô lotado, em rotinas cansativas, criando sentido para a sua presença nos bancos escolares, buscando os cursinhos (populares ou privados) para realizar o sonho de acessar o ensino superior, colocando nas costas a mochila para realizar (de bicicleta ou de moto) entregas por aplicativos, atuando como aprendiz nas empresas, investindo numa vida profissional no campo da cultura e ainda lidando com as batidas policiais na volta para casa, cuidando de casa, criando filhos e irmãos, lidando com o racismo estrutural que cria barreiras diversas. Realmente, não são poucas as contendas.

Diante de tantas desigualdades, essa juventude foi a principal protagonista de diversas revoltas recentes: as jornadas de junho de 2013, as ocupações de escolas em 2015 e 2016, os protestos contra as reformas que retiraram direitos, a denúncia da violência policial e do genocídio da juventude negra e, ainda em 2020, o “breque” dos aplicativos na busca de condições mínimas de sobrevivência.

Pensar trabalho e juventude passa por todas essas nuances. A sua compreensão não é simples e se situa entre as estruturas sociais que os precedem e a forma como as jovens e os jovens reagem a essas condições. Assim se produzem as ações e os sentidos (individuais e coletivos) que, para cada geração de jovens, são tão importantes para seguir adiante.

## Texto de apoio 2 | Novos empregos e velhos trabalhos

Em bancas de jornais ou anúncios de plataformas como YouTube, já há alguns anos proliferam conteúdos apresentando fórmulas, dicas e orientações acerca de algumas questões: Como obter sucesso? Como ganhar muito dinheiro? Por que você não prospera? Palavras como *inovação*, *proatividade*, *resiliência*, *performance* e *coach* vêm povoando o nosso imaginário, sendo ofertadas como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional. Palestras, cursos e publicações sobre esses assuntos passam a constituir, em todo o mundo, um mercado bastante atrativo e rentável.<sup>8</sup>

Parece interessante se perguntar as razões pelas quais essas temáticas tenham ganhado tanta relevância. E, mesmo que não tenhamos respostas muito exatas, é razoável pensar que elas estão

<sup>8</sup> Segundo a International Coach Federation (ICF), o “mercado de coaching” movimentou mais de 2,3 bilhões de dólares nos Estados Unidos em 2018. Nesse mesmo período, houve um grande crescimento dessa atividade no Brasil.

bastante vinculadas à forma como o trabalho e o mercado de trabalho se desenvolveram nas últimas décadas no Brasil e no mundo.

Uma questão relevante gira em torno da ideia de que as pessoas devem se preparar para competir por espaço umas com as outras. A ideia de “investir em si mesmo” e “se preparar” é, então, um caminho para essas disputas. Nesse sentido, estamos falando da aproximação entre a vida pessoal (quem eu sou, como lido com as minhas emoções, os meus gostos e as formas de me comportar etc.) e a esfera profissional (a minha formação, as minhas habilidades para exercer uma ocupação, as minhas experiências de trabalho etc.). O futuro não é mais garantido apenas pelo trabalho que cada pessoa realiza, mas também pelo planejamento do tempo quando se está fora do trabalho. As tarefas para garantir um bom futuro profissional são as mais diversas: aprender línguas, adquirir vivências, se formar para determinada área de trabalho, construir currículo, realizar estágio, ingressar em cursos de capacitação (técnicos ou de nível superior), aprender a lidar com tecnologias, saber se comunicar, fazer contatos, saber se vestir, entre outras.

Assim, há um trabalho adicional, anterior ao próprio trabalho, que é a gestão pessoal: das emoções, do tempo, das próprias aspirações. Embora a competição no mercado de trabalho seja marcada por incertezas, desigualdades e constrangimentos, a competição dá pouco espaço para discutir essas condições gerais, pois se trata, sobretudo, de se adaptar às exigências desse mercado e se manter atualizado a respeito.

Esse é um assunto que vem sendo bastante tratado quando falamos das mudanças vividas no mundo do trabalho, principalmente desde a década de 1990, ligado a fenômenos complexos, como a globalização e a ascensão das políticas neoliberais. Naquela década, emerge a noção de *empregabilidade*, que se baseia na premissa de que a absorção das pessoas no mundo do trabalho depende das suas características pessoais e do seu esforço individual para adquirir as condições exigidas pelo mercado. Permeando o debate sobre trabalho e emprego, essa noção reforça a responsabilização dos indivíduos, enfraquecendo a ideia de trabalho como direito e, ainda, ocultando o impacto das contradições estruturais do mundo do trabalho nas trajetórias dos diferentes grupos sociais.

Nessa perspectiva, o que está em disputa é: A quem cabe garantir um bom trabalho? Como são divididas essas responsabilidades na nossa sociedade? Isso é fundamental quando discutimos o acesso das novas gerações ao trabalho, quando elas se deparam com diversas dificuldades que tratamos no texto anterior: os altos índices de desemprego juvenil, a dificuldade de acessar os primeiros empregos e até mesmo as incertezas de obter, em algum momento da vida, um bom trabalho que combine satisfação pessoal e renda.

Alguns setores enfatizam que o trabalho é um direito, como consta na Constituição federal (cap. II, art. 6.º), entendendo que a responsabilidade de garantir boas condições de vida e de trabalho é da sociedade como um todo, tendo o Estado como importante elemento mediador: por meio das políticas públicas, das leis e também do investimento na participação social, ele deve interferir na vida coletiva, buscando promover maior equidade de condições, assistindo sobretudo os segmentos mais empobrecidos, que enfrentam mais dificuldades para obter uma boa qualidade de vida.

Outros setores da sociedade, entretanto, defendem que o mercado possui mecanismos próprios de regulação e seu bom funcionamento depende do mínimo de interferências e, sobretudo, da iniciativa

e do mérito individual. Nesse caso, a competição cumpre uma função importante na dinamização desse mercado e na premiação de quem tem “mais mérito”.

Embora essas duas visões não sejam as únicas existentes, elas ajudam a delimitar um problema: a capacidade que o modo de produção capitalista encontra para garantir a igualdade de condições e a possibilidade de mobilidade social dos diferentes grupos sociais e famílias, tendo o trabalho como eixo central. Para isso, é importante compreender um pouco melhor como o trabalho se transformou no que ele é hoje e como se desenvolveu no contexto brasileiro.

### O mercado de trabalho capitalista

O capitalismo é um sistema que se origina da Revolução Industrial, por meio das mudanças ocorridas, sobretudo na Europa, ao longo dos séculos XVIII e XIX, muito ligadas ao processo de urbanização e à dinamização do comércio e da produção, à medida que as máquinas se tornam elemento central da produção e que as fábricas se constituem como a principal representação do espaço do trabalho.

No contexto europeu, a organização social durante o feudalismo era marcada pelo caráter estratificado, e cada linha familiar tinha um lugar social bem definido, imutável e herdado: a nobreza, os servos e os pequenos artesãos.

Assim, a ideia de mobilidade não estava colocada, pois a posição social era uma herança familiar. Os trabalhadores (servos e artesãos), que eram a maioria da sociedade, tinham boa parte dos meios necessários para desenvolver o seu trabalho. Embora a terra fosse dos senhores feudais (o que lhes dava poder sobre os trabalhadores), as instalações, os instrumentos, a matéria-prima e os recursos em geral necessários para a produção eram dos próprios servos e pequenos artesãos.

A Revolução Industrial transforma radicalmente a ideia de trabalho e compõe as bases de como conhecemos o trabalho hoje. Um aspecto central dessa nova ordem social é que os trabalhadores já não têm mais os meios de produção, passando a vender a sua força de trabalho, no que seria o mercado de trabalho. O sistema capitalista se baseia na ideia de que os sujeitos são iguais e têm liberdade de escolha. Isso garantiria um futuro sempre “em aberto”, com a possibilidade de mobilidade social das famílias: o estrato social no qual um indivíduo nasce não delimitaria a sua posição social ao longo da vida. O modo de servidão (típico do feudalismo) seria, em tese, abandonado em favor de um trabalhador livre, que vai depender, sobretudo, de si próprio e da sua capacidade de obter sucesso por meio de esforços e decisões individuais. A sua dedicação, a capacidade de disciplina e o talento pessoal são elementos importantes para decidir esse futuro.

No entanto, rapidamente as contradições desse novo ideal vão sendo explicitadas. Apesar de, em tese, o capitalismo incorporar uma concepção positiva do trabalho como meio de conquistar um lugar social e até mesmo “espiritual”<sup>9</sup>, a realidade das fábricas era bastante diferente, com condições

<sup>9</sup> Em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Max Weber aponta que o encontro da religião protestante com a organização capitalista vai delimitar uma perspectiva positiva do trabalho. Em vez da leitura cristã do trabalho como castigo divino, o protestantismo apresenta (entre outros aspectos) o labor como virtude espiritual, sendo um caminho para uma vida regrada, disciplinada, racional e moralmente elevada. A possibilidade de acumular riquezas, obter lucro e adquirir, por meio destes, uma “boa posição social” passaria então a ser vista sob uma nova perspectiva, sendo aceita e valorizada.



muito adversas e jornadas extenuantes, que podiam ser superiores a 14 horas diárias e envolver trabalho infantil. A relação se dava por meio do salário (assalariamento), que possibilitava condições mínimas de subsistência às trabalhadoras e aos trabalhadores, mas que correspondia apenas a uma pequena parcela das riquezas produzidas, gerando os lucros que seriam incorporados pela elite proprietária. Nesse contexto é que vão emergir, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, tensões muito significativas à medida que trabalhadoras e trabalhadores passam a reivindicar melhores condições laborais.

Uma contribuição fundamental para pensar o mundo do trabalho no capitalismo vem do filósofo alemão Karl Marx, que afirma que a separação entre os meios de produção e os trabalhadores resulta num estranhamento, já que o trabalhador é constrangido a vender a sua força de trabalho como uma mercadoria e, sem possuir o controle da produção, já não mais se apropria do resultado do seu esforço. Marx faz, então, uma leitura crítica das relações capitalistas, identificando o processo de exploração vivido pela classe operária no regime fabril capitalista. A obra de Marx gera grande influência nos pensamentos moderno e contemporâneo, ainda que as relações de trabalho tenham se transformado significativamente desde a sua época.

O capitalismo modifica consideravelmente o mercado de trabalho, e certamente as dinâmicas de países do sul global se distinguem da realidade europeia ou norte-americana. Até o início do século XX, o Brasil era uma sociedade agrária, que se industrializou de forma mais tardia, sobretudo a partir da década de 1930. Nesse contexto, portanto, o assalariamento, típico das áreas urbanas, era menos dominante. A informalidade e o trabalho por conta própria e sem remuneração sempre estiveram presentes na realidade brasileira. Além disso, embora tenhamos constituído um conjunto de leis trabalhistas, nunca se efetivou o chamado “modelo de bem-estar social”, ou seja, um conjunto de políticas sociais que protegem trabalhadoras e trabalhadores.

#### As marcas da escravidão e o racismo estrutural no mundo do trabalho

“Assim, a existência da escravidão ou de formas cruéis de exploração do trabalho não é algo estranho ao capitalismo, mesmo nos ditos países desenvolvidos, onde predomina o trabalho assalariado. No capitalismo, dividem espaço e concorrem entre si trabalhadores assalariados bem pagos, escravizados, grandes, médios e pequenos empresários, profissionais liberais etc.”

(ALMEIDA, *O que é racismo estrutural?*, 2018, p. 138)

O trabalho no Brasil se vincula ao modo como vivenciamos a escravidão, como ela perde o seu *status* legal e como negras e negros são incorporados à economia e à sociedade brasileira no período republicano, deixando marcas profundas na forma como se manifestam e estruturam as desigualdades no país. Como se sabe, até o ano de 1888, as relações de trabalho no Brasil tinham as suas raízes no sistema escravocrata, que trazia mão de obra de diferentes regiões do continente africano para ser escravizada, junto à população indígena, nativa do território. Os povos escravizados não tinham autonomia sobre a sua força de trabalho e eram tratados como mercadoria, sendo uma propriedade entre outras.

Nos últimos anos, ativistas e intelectuais negras e negros conseguiram romper certa invisibilidade a que foram submetidos, e isso foi importante para recuperar alguns debates acerca do racismo brasileiro e de seus efeitos. Um deles diz respeito à forma como compreendemos a escravidão ainda

hoje. A visão predominante sobre o fim da escravidão, mais condescendente com as elites brancas e centrada na assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, tem perdido a sua força. Contudo, diversas evidências mostram que o fim da escravidão foi um processo bastante complexo e incompleto, na medida em que foi conquistado (entre outros aspectos) pela resistência permanente desses povos escravizados, mas se desdobra numa liberdade que recusou a negras e negros qualquer suporte para a sua integração à sociedade brasileira como cidadãs e cidadãos livres. Assim, sem a reparação necessária, sem o acesso à terra, morando em condições extremamente precárias (como os cortiços nas grandes cidades), sem direito ao voto e sem acesso aos postos de trabalho, a população negra é marcada pela ausência de uma cidadania efetiva. Essa transição acompanha a modernização da produção agrícola, a pré-industrialização e o processo de expansão dos centros urbanos em todo o país.

Com a liberdade legal, negras e negros passam a ter de buscar o seu sustento no âmbito de uma sociedade capitalista, comercializando produtos e vendendo a sua mão de obra, mas encontrando muita dificuldade para acessar o mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, ganhavam espaço no Brasil as teses em favor do embranquecimento da população<sup>10</sup>, que orientariam as políticas de imigração que incentivavam a vinda de trabalhadores estrangeiros, sobretudo europeus, para ocupar os postos de trabalho no país no início do século XX. Além de impedimentos legais para que negras e negros exercessem determinadas funções, havia a prática (bastante comum) de, nos próprios anúncios de vagas, dar preferência a trabalhadoras brancas e trabalhadores brancos e uma noção geral de que a mão de obra nacional era vadia e inapta.

A forma como se deu a colonização e, em especial, o trabalho escravo fomentou uma ética de desvalorização do trabalho como um todo, mais especificamente das atividades manuais. Ainda que, em determinados momentos, como na era Vargas, tenham sido feitos esforços para construir um discurso de valorização do trabalho, o trabalho manual seguiu sendo considerado inferior e pouco desejável para a sociedade branca. Ao mesmo tempo, reforçado pelas desigualdades educacionais, se configura o estigma de que a população negra teria menos capacidade de desenvolver atividades intelectuais (barreira que começou a ser quebrada nas últimas décadas com a maior presença negra no ensino superior). Vale dizer então que, após o fim da escravidão legal, novos mecanismos foram construídos para que o critério racial continuasse a organizar a sociedade, tendo em vista uma lógica de dominação e exploração do trabalho.

Esses aspectos configuram um verdadeiro fosso entre a população negra e a população branca. No estudo intitulado *Desigualdades sociais por cor ou raça* (2019), o IBGE apontou que, em 2018, a população negra, mesmo sendo pouco mais da metade da força de trabalho brasileira (54,9%), representava 64% dos desempregados e 66% da população subutilizada. Nesse período, a informalidade também foi um traço mais presente entre negros do que entre brancos. Com base em dados do IBGE, a Oxfam Brasil apontou que, em 2017, o rendimento médio da população negra correspondeu a 53% dos rendimentos de brancos. Nesse contexto, as mulheres negras ganhavam menos da metade (44%) do que os homens brancos.

<sup>10</sup> O racismo científico surge no século XIX, procurando dar “status científico” às desigualdades entre seres humanos e definir uma “hierarquia biológica”, ou seja, a ideia de que “brancos possuem uma constituição superior”. Essas teorias ganham espaço no Brasil no momento em que se busca constituir uma identidade nacional e em que há problemas de saúde relacionados ao acelerado crescimento das populações urbanas. Um de seus expoentes, o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues, sugere, no fim do século XIX, a adoção de um código penal para brancos e outro para negros.

### O trabalho das mulheres e as mulheres no mercado de trabalho

As últimas décadas foram marcadas pela significativa presença feminina no mercado de trabalho brasileiro, um fato importante, considerando que as mulheres ficaram historicamente associadas ao ambiente doméstico e encontraram muita dificuldade para ingressar no mercado de trabalho, sobretudo no mercado de trabalho formal. Nesse sentido, a oportunidade de se escolarizar e construir uma carreira profissional se relaciona aos desafios da emancipação feminina, que merecem ser discutidos.

Essa inserção das mulheres no mundo do trabalho, no entanto, reproduz as hierarquias que privilegiam historicamente a população masculina e as representações sociais de homens e mulheres, resultando numa série de desigualdades. As mulheres seguem ganhando, em média, o correspondente a três quartos do salário dos homens e tendo dificuldades maiores de acessar cargos de liderança em empresas. É importante considerar que, nos últimos vinte anos, quase metade das mulheres na faixa dos 16 aos 59 anos ainda estava fora do que se considera “trabalho”. Além disso, à medida que ganham espaço no mundo do trabalho, as mulheres também passam a acumular tarefas, em jornadas bem mais extensas que a dos homens.

As mulheres sempre foram as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, que são atividades não remuneradas, mas necessárias para a manutenção da mão de obra assalariada, que sai de casa para trabalhar. Por conta dessa desigualdade estrutural e funcional para o capitalismo, a taxa de formalização do trabalho feminino sempre foi mais baixa. Essas características fazem com que, historicamente, as mulheres pobres se dediquem à economia informal e ao trabalho em tempo parcial, formas de produção de renda mais compatíveis com essas atribuições domésticas. Assim, a população feminina se vincula a serviços de cuidados variados, como a educação de crianças, a alimentação ou o pequeno comércio, estando mais inserida nas ocupações que apresentam remuneração menor, como no trabalho doméstico remunerado, especialmente o sem carteira.

As desigualdades de gênero atualizam constantemente as desigualdades salariais, mas não apenas estas. A gravidez e a maternidade continuam sendo vistas como custos e empecilhos para as empresas, fazendo com que a vida reprodutiva das mulheres seja submetida ao controle e à vigilância permanentes. Sobre as mulheres, incluindo as mais jovens, pesam exigências do mundo do trabalho que têm a ver com o controle do corpo, da sexualidade e da atividade reprodutiva, como nas perguntas que não são incomuns em entrevistas de emprego: “Quando você pretende ter filhos?”, “Você é casada?”.

Outra chave importante para a compreensão das desigualdades que estruturam as diferenças no mundo do trabalho é entender como a dimensão de gênero se articula às estruturas do racismo. É fundamental, então, olhar para as mulheres negras. Embora se tenha acostumado a falar que as mulheres ampliaram a sua presença no mercado de trabalho, é possível dizer que as mulheres negras já estavam nele há bastante tempo, inclusive exercendo atividades bastante exaustivas e fisicamente exigentes, muitas vezes cuidando das casas e dos filhos das famílias brancas.

O trabalho doméstico remunerado é um exemplo disso: ocupação bastante desprestigiada, que guarda relações com o passado escravocrata e que é exercida sobretudo pelas mulheres negras (em 2018, elas correspondiam a 63% do total de trabalhadores nessa ocupação). Ainda hoje, quase duas de cada dez mulheres negras que estão no mercado realizam essa atividade, numa

área profissional bastante desprotegida. Mesmo após a aprovação da chamada PEC das Domésticas (Emenda Constitucional n. 72/2013), em 2018, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apenas 28,6% dessas trabalhadoras tinham carteira assinada. Tendo em vista que, no período pós-abolição, a principal ocupação das mulheres registradas era com serviços domésticos, podemos dizer que se perpetuou um lugar desprivilegiado e vulnerável da mulher negra na sociedade e no mercado de trabalho.

No entanto, nas duas últimas décadas, as jovens negras vêm progressivamente se afastando do trabalho doméstico remunerado, exercido pelas mulheres mais velhas. A partir dos anos 2000, as novas gerações (mais escolarizadas) encontraram trabalho em outras áreas, como o telemarketing, para, entre outros fatores, fugir desse destino que lhes era atribuído. Ainda assim, a despeito de terem se escolarizado muito mais em comparação às gerações anteriores, as jovens negras permanecem acessando postos que ofertam condições inferiores ao restante da população, mostrando a força da articulação entre as formas contemporâneas de racismo e as múltiplas desigualdades de gênero.

### PEC das Domésticas

A empregada doméstica sempre foi um dos símbolos de como as desigualdades foram incorporadas nas dinâmicas sociais brasileiras, delimitando os espaços concretos e simbólicos de cada indivíduo e naturalizando a ausência de direitos de grupos sociais que representam parcelas importantes da população. Por conta disso, em 2013, a aprovação da Emenda Constitucional n. 72 foi um momento importante no qual o debate sobre as condições de trabalho das domésticas teve mais visibilidade. A chamada PEC das Domésticas possibilitou ao Estado brasileiro reconhecer a necessidade de valorizar essa forma de trabalho e oferecer a essa trabalhadora condições mais dignas: definiu uma jornada de trabalho (8 horas diárias e 44 horas semanais), o pagamento de horas extras e a remuneração por trabalho noturno, obrigou o recolhimento de FGTS pelo empregador e a indenização em caso de dispensa sem justa causa, deu acesso ao seguro-desemprego, ao auxílio-creche e ao seguro-acidente, entre outros benefícios.

### Novos trabalhos: a “empresa de si mesmo” ganha espaço

“Todo mundo que entrega sua força de trabalho é entregador.”  
(Paulo Lima, o Galo, liderança dos Entregadores Antifascistas)<sup>11</sup>

A imagem de operários na linha de montagem de uma fábrica, comumente associada à ideia de trabalho se transformou significativamente nos anos 1970 com o fenômeno da *reestruturação produtiva*, que repercutiu no Brasil somente a partir da década de 1990.

Com a eliminação de postos de trabalho, cadeias produtivas mais fragmentadas e sujeitas a rápidas mudanças, o avanço tecnológico intensifica a automação da produção. A *globalização* possibilitou que as grandes corporações se instalassem em diversos países, com poder sobre as dinâmicas econômicas

<sup>11</sup> Entrevista ao Digilabour, disponível em <http://digilabour.com.br/2020/07/02/e-luta-de-classes-mesmo-sem-conversinha-entrevista-com-galo-dos-entregadores-antifascistas/>. Acesso em: 21set.2020.

locais, sobretudo nos países mais pobres e menos desenvolvidos. O pensamento neoliberal ganhou terreno, e diversos governos aplicaram políticas neoliberais em todo o mundo, visando enxugar gastos públicos, reduzindo a interferência estatal na economia e, ao mesmo tempo, diminuindo o controle sobre o setor privado. Cortes no contingente de empregados, terceirizações e subcontratações passaram a ser a tônica das estratégias empresariais em busca de mais lucratividade, apoiadas por políticas de governo que, entre outras coisas, estimularam (e seguem estimulando) a flexibilização e a precarização dos contratos de trabalho.

O contexto de escassez de emprego fez com que a sociedade se deparasse, nesse momento, com uma espécie de chantagem do capital: flexibilizar e precarizar as condições para garantir a manutenção de uma parcela dos postos de trabalho, ou lidar com o desemprego em massa? Nos últimos anos, cerca de 40% da população trabalha na informalidade. Entre 1989 e 1999, mais de 1,5 milhão de empregos foram extintos no setor da indústria de transformação no Brasil (IBGE/Caged/Mte, 1999), fenômeno que impulsionou ainda mais o alargamento do setor de comércio e serviços, que passa a ser aquele que mais emprega no Brasil. Esses setores que cresceram são justamente aqueles que passam a incorporar boa parte da juventude trabalhadora.

A nova composição da oferta de trabalho no país define a forma como jovens vivenciam essa dimensão, mas também a forma como se projetam e pensam sobre si próprios. As novas gerações que chegam ao mercado de trabalho precisam lidar com esse contexto de competição excessiva e desenvolver estratégias para conseguir a sua inserção no mundo do trabalho. Um caminho pode ser tentar “vencer a concorrência” por meio de tributos apreciados pelo mercado de trabalho, muitas vezes aceitando condições de trabalho mais difíceis e desgastantes ou empregos temporários e sem contrato salarial. Outro caminho pode ser “trabalhar por conta própria”, que vem sendo entendido também como “empreender”.

A cultura do empreendedorismo é resultado da estrutura do mundo do trabalho, mas também está vinculada ao investimento de alguns setores, sobretudo organizações ligadas ao setor empresarial e a organismos internacionais, para difundir valores positivos associados ao empreender, inclusive com foco na juventude. Contudo, o empreendedorismo também é estimulado por meio das ações do Estado, como aquela que daria origem, na legislação, à figura do microempreendedor individual (MEI), possibilitando a formalização desses negócios. Não é incomum encontrar jovens que enxergam o trabalho por conta própria como um caminho para concretizar os seus sonhos e as suas expectativas, para poder trabalhar com o que sabem e/ou gostam de fazer e para incorporar uma dimensão criativa ao trabalho. Trabalhar sem patrão e atuar na área cultural são possibilidades muito atrativas para jovens das periferias e favelas de centros urbanos e passam a constituir empreendimentos, sejam individuais ou coletivos.

“O empreendedorismo valoriza as atividades informais, os excluídos do mundo empresarial e do emprego formal. Os que sempre viveram ‘à margem’ do sistema. Aliás, são justamente eles que, acostumados a se virar, a fazer da necessidade virtude, usando a criatividade para sobreviver na adversidade, são considerados potencialmente mais criativos, inovadores, ousados; ou seja, empreendedores. Mesmo se as condições objetivas dessas camadas sociais não se alterem profundamente, muda-se a forma como são vistas socialmente; ou, ao menos, essa possibilidade está ao alcance de qualquer um que se responsabilize pela sua própria mudança.”  
(TOMMASI & CORROCHANO, 2020, p. 364)

Seja no trabalho formal ou não, as possibilidades de trabalhar e gerar renda exigem das pessoas determinado conjunto de habilidades e comportamentos associados à capacidade de autodireção, como se cada um gerisse a si próprio com base em lógicas e valores de uma empresa, tendo a competitividade como elemento central. A responsabilidade de cada um de se manter é menos atribuída ao conjunto da sociedade, sendo transferida de forma cada vez mais radical aos indivíduos. Elementos subjetivos e exigências emocionais passam a povoar o vocabulário ligado ao mundo do trabalho, abrindo espaço para um discurso que une a vida pessoal com os modelos empresariais, como se observa na fala de coaches e outros agentes que produzem conteúdos ligados à gestão pessoal e profissional.

A ideia do capitalismo como combinação da liberdade individual e da igualdade de oportunidades se depara com uma série de contradições na realidade do mundo do trabalho. O cotidiano de jovens de camadas populares e os dados concretos parecem traduzir uma realidade muito diversa, marcada por desigualdades e precariedades importantes, reveladoras de um processo histórico em que o racismo estrutural e as inequidades de gênero são elementos centrais, que se combinam às diferenças de renda, entre outras. Segundo o Índice Global de Mobilidade Social, em 2019, o Brasil estava na 60.<sup>a</sup> posição entre 82 economias, ranking que considera as possibilidades de ascensão social. Na estrutura extremamente desigual da sociedade brasileira, na maior parte das vezes, o “sucesso profissional” está vinculado à família de origem e não a uma aptidão individual ou à determinada “competência”.

Essas contradições parecem se materializar de forma muito significativa quando no trabalho dos entregadores por aplicativos. Sem um contrato de trabalho com as plataformas digitais às quais se associam para trabalhar, eles passam a ser entendidos como trabalhadores “por conta própria”. Uma pesquisa de 2019 da Associação Brasileira do Setor de Bicycletas (Aliança Bike) mostrou que 75% dos entregadores têm até 27 anos de idade, sendo majoritariamente jovens negros, que realizam longas jornadas de trabalho, algumas superiores a 12 horas diárias, sobretudo nos finais de semana. Esses jovens precisam arcar com os riscos e os custos do seu trabalho, recebendo conforme a capacidade de dispor de seu esforço e de seus corpos para trabalhar. Em 2020, durante a pandemia de Covid-19, houve uma série de mobilizações em favor de melhores condições de trabalho para essa categoria, dando visibilidade a essa atividade profissional.

Enquanto esses “trabalhadores por aplicativo” vivenciam condições precárias de trabalho, recebendo rendimentos significativamente baixos, uma série de corporações que exploram essa atividade ganha o mercado. Na bolsa de valores norte-americana, uma dessas empresas de capital aberto apresenta valor de mercado estimado em 82 bilhões de dólares, sendo mantida por gigantes do mundo das finanças (SLEE, 2017).

O surgimento de novas relações de trabalho e novas formas de trabalhar é resultado de processo dinâmicos e bastante complexos, cujo fio se estende pela história do trabalho no mundo e no nosso país. Chama a atenção, contudo, como as mudanças recentes do capitalismo vieram acompanhadas de um arcabouço conceitual, uma linguagem e a disseminação de conteúdos que buscam trazer uma ideia positiva em torno dessas novas formas de trabalho. No seu interior, esse discurso empreendedor traz uma série de exigências para que jovens trabalhadoras e trabalhadores consigam a sua inserção profissional, que vai muito além da mera capacidade técnica ou competência para determinada atividade, demandando a mobilização de sua vida pessoal e de seu tempo fora do trabalho.

No entanto, as condições como se desenrolam essas atividades profissionais evidenciam constrangimentos e desigualdades diversas que nos desafiam a elaborar respostas. Como pensar a garantia de direitos em novos contextos? Como garantir que, para as novas gerações, o trabalho seja carregado de sentido, que elas expressem as demandas juvenis no sentido de encontrar no trabalho a possibilidade de satisfação das necessidades materiais e também a autorrealização? É nesse sentido que se inscrevem as mobilizações sociais, sobretudo juvenis, com que nos deparamos. Do mesmo modo, esses são alguns dos principais desafios colocados para as políticas públicas e para as ações governamentais dirigidas ao trabalho da juventude brasileira.

### Texto de apoio 3 | Novas lutas e experiências no mundo do trabalho

“Vamos acordar, vamos acordar.  
Cabeça erguida, olhar sincero, tá com medo de quê?  
Nunca foi fácil, junta os seus pedaços e desce pra arena.  
Mas lembre-se: aconteça o que aconteça, nada como um dia após o outro dia.”  
(Racionais MC’s, “Sou mais você”)

No capitalismo, o trabalho é marcado por um longo histórico de exploração e pela forma desigual como marca as trajetórias dos indivíduos, de acordo com a origem social, a raça, o gênero e outros fatores de diferenciação. Inegável que esse caminho também é marcado por muitas lutas que, de diferentes formas, buscam trazer sentido e dignidade para a realização do trabalho. O trabalho permanece como um elemento central na vida de jovens, sendo reivindicado pela juventude. Entre as determinantes sociais e as variadas experiências individuais e coletivas, parece haver certo jogo que é por onde a sociedade se move e por onde os avanços (maiores ou menores) ocorrem.

Evidência disso é a própria conquista, pela juventude negra, de maior espaço nas universidades públicas nos últimos anos (ainda que diversos desafios quanto a essa questão permaneçam colocados). Do mesmo modo, podemos olhar para as diversas lutas sociais em nossa sociedade como uma permanente irrupção de iniciativas que visam questionar os contornos de uma sociedade injusta e que, de modo criativo, geram formas de resistência e reinvenção. Isso está presente na história do movimento sindical e nas revoltas operárias que atravessaram décadas, na forma como o movimento negro consegue mostrar o racismo existente no mundo do trabalho, impulsionando direitos nesse campo, e também nas diversas iniciativas juvenis que foram capazes de pautar políticas públicas dirigidas para jovens.

#### Políticas públicas de juventude e trabalho

O desemprego estrutural é um dos elementos que contribui para que jovens brasileiros se tornem, a partir dos anos 1990, um tema de debates em diversos espaços da sociedade, seja nos telejornais, em pesquisas acadêmicas, ou mesmo no campo das políticas públicas.

Desde esse período, uma das principais diretrizes dessas políticas tem sido investir na qualificação de jovens para facilitar a sua inserção profissional, sobretudo por meio da oferta de cursos de capacitação, geralmente dirigindo essa oferta a jovens mais pobres, entendidos como “mais vulneráveis”. Uma das



críticas que essas iniciativas recebem é pela supervalorização dos efeitos da qualificação diante de um mercado que continua ofertando poucas oportunidades, de modo que se fomenta a concorrência sem ampliar de fato as possibilidades de acesso ao trabalho. Contudo, é possível dizer que esse permanece sendo um dos principais eixos das políticas públicas nesse campo, podendo variar o tipo de curso ofertado, os perfis priorizados e as condições em que se realizam.

Outro tipo de política pública, como a experimentada na cidade de São Paulo por meio do Programa Bolsa Trabalho no início dos anos 2000, baseou-se na estratégia de adiar a entrada de jovens no mercado de trabalho, priorizando a sua permanência em atividades educativas e, em especial, na escola. Assim, seria possível lidar melhor com a falta de oferta e também fazer que chegassem ao mercado de trabalho em melhores condições de disputar vagas. Para tanto, um elemento importante no Bolsa Trabalho foi a oferta de um auxílio financeiro, por meio de transferência de renda, que daria condição para que essas jovens e esses jovens dedicassem o seu tempo às atividades educativas. Um estudo realizado por Maria Carla Corrochano (2012) a respeito desse programa indicou que essa proposta teve uma aceitação bastante desigual, dependendo dos diferentes perfis de jovens e da sua constituição familiar. No entanto, uma boa parcela dos participantes permaneceu interessada em se inserir profissionalmente, mobilizando-se em busca de trabalho.

A intermediação de emprego e os incentivos ao primeiro emprego (em geral, viabilizada pela oferta de contrapartidas financeiras às empresas) também são formas experimentadas para lidar com o desafio da inserção juvenil no mundo do trabalho.

De modo geral, um caráter importante das políticas de acesso ao trabalho tem sido a dificuldade de interferir na oferta, seja na quantidade de vagas disponíveis, seja na qualidade dos postos de trabalho. Nesse sentido, merece destaque a construção da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.

A Agenda foi fruto da parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria Nacional de Juventude, que coordenaram, de 2009 a 2011, um processo de diálogo entre organizações sindicais, de empregadores, gestores públicos e sociedade civil, contando com o apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho. O trabalho resultou num documento que estabeleceu quatro eixos prioritários na perspectiva da promoção do trabalho decente para a juventude: 1) mais e melhor educação; 2) conciliação entre estudo, trabalho e vida familiar; 3) inserção ativa e digna no mundo do trabalho; 4) promoção do diálogo social. Apesar de prever um conjunto de ações relativas à formalidade do emprego, ao salário, à saúde e à segurança no trabalho, ao contrato e à proteção social e ao direito à sindicalização, a Agenda esbarrou na dificuldade de se desdobrar em ações mais concretas. Isso ocorreu, entre outros fatores, em razão da guinada política que, a partir de 2016, resultou na severa redução de investimentos sociais e no fechamento ou na limitação de diversos espaços de participação social.

Sem investimentos na área social, há um cenário de retração de direitos. As políticas públicas deixam de promover a inserção de jovens no mercado formal e passam a ter como tônica a necessidade de redução dos custos de contratação de jovens ou de desenvolvimento das capacidades empreendedoras desses jovens. Nesse contexto, em 2017, se realiza a Reforma Trabalhista, sendo proposta três anos depois por meio da Medida Provisória n. 905, a “Carteira Verde e Amarela”, que definiu um salário mínimo menor para a juventude.

### A reforma trabalhista

Elaborada e aprovada pelo governo Temer, a reforma trabalhista (Lei n. 13.467) entrou em vigor em novembro de 2017. Anunciada pelo governo com a promessa de gerar mais empregos, depois de dois anos de vigência, a reforma ainda não atendia a essa expectativa. Nesse período, o contingente de desempregados diminuiu menos de 2%, e essa ligeira redução foi puxada por trabalhadores por conta própria ou sem carteira assinada.

Após seis meses de implementação, já era possível identificar que os maiores impactos dessa reforma estavam em setores de menor remuneração e alta rotatividade, como comércio e serviços em geral. Um dos efeitos da reforma foi a chamada “demissão por comum acordo”, um novo tipo de desligamento que autoriza o rompimento em contratos de trabalho mediante pagamento de metade do aviso prévio e metade da indenização sobre o FGTS, retirando ainda o acesso ao seguro-desemprego. É importante salientar ainda que 39% das pessoas desligadas nesse formato possuíam até 29 anos de idade e 80% delas tinham escolaridade até ensino médio completo. Outro efeito, bastante visível, diz respeito ao trabalho intermitente, modalidade em que o contrato não especifica uma jornada predeterminada e o trabalhador recebe por horas ou dias trabalhados. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em 2019, o trabalho intermitente respondeu por 13% das vagas formais criadas no Brasil.

### As diferentes formas de resistência e luta por direitos

As lutas sociais sempre foram a principal via de conquista de direitos nos mais diversos campos da sociedade. O Brasil tem uma trajetória muito rica de organização dos trabalhadores, que vem desde o início do século, e que ganha centralidade nos movimentos operários e na constituição de sindicatos. Nas primeiras décadas do século XX, parte das greves estava ligada aos sindicatos, mas diversas paralisações ocorreram de forma autônoma, com base em insatisfações nascidas no chão da fábrica. No fim da década de 1970, quando o mundo vivia um refluxo das lutas sindicais e anos de forte repressão ao sindicalismo no Brasil durante a ditadura militar, emergiu no Brasil “o novo sindicalismo”. O ciclo de greves do ABC paulista no início dos anos 1980 marcou um momento de grande mobilização de trabalhadores para a conquista de aumentos salariais, sendo um marco para a redemocratização do país, influenciando a vida política nacional e impulsionando novos direitos sociais, consagrados na Constituição de 1988.

O movimento sindical, contudo, foi muito afetado pelas diversas mudanças no mundo do trabalho nesse período, que resultaram no processo de desindustrialização, na maior informalidade e no desemprego. Como a organização sindical poderia manter a sua força com contratos de trabalho diversificados, uma legislação afrouxada e o assalariamento enfraquecido? Isso teve impacto sobre jovens de todo o país. Conforme o sociólogo Ruy Braga, uma juventude sujeita à precarização do trabalho não se identifica mais com uma liderança sindical, formada por assalariados mais velhos, que, diferente dela, têm mais acesso à proteção social.

No entanto, os movimentos sociais se renovam. Os trabalhadores do telemarketing (setor que mais acolheu trabalhadores jovens na última década) produziram algumas práticas de organização importantes. A pesquisa de Ruy Braga nesse setor identifica a ocorrência de greves desde 2005 e revela que a experiência compartilhada das desigualdades de gênero, do racismo e das discriminações sexuais ajudou a estreitar

o laço de solidariedade entre os teleoperadores, assim como a vivência compartilhada do adoecimento, comum nessa ocupação. As mulheres não brancas vêm colocando questões como abuso de poder dos coordenadores de operações (quase sempre homens brancos) e também casos de assédio sexual, questões que catalisam mobilizações e alimentam paralisações e protestos (BRAGA, 2017). Essas trabalhadoras também vêm organizando, nas empresas, redes de comércio informal de lanches saudáveis, cosméticos, bijuterias e roupas, meios que permitem a complementação de renda e o estreitamento de vínculos.

Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) indicam o aquecimento dos processos de mobilização de trabalhadores na última década. Em 2004, houve pouco mais de 300 greves. Em 2012, foram mais de 800. O ano de 2013 teve o maior número de greves em toda a série histórica iniciada em 1984. No período recente, presenciamos inúmeras “greves selvagens”, aquelas que são construídas pela base dos trabalhadores, e não pelas direções dos sindicatos (muitas vezes até mesmo contra as suas direções). Um caso emblemático foi a greve dos garis no Rio de Janeiro em 2014. Outras greves também foram marcantes nesse período mais recente, como a greve dos trabalhadores da obra de modernização do Maracanã (Rio de Janeiro) em 2014 e a greve dos trabalhadores da construção de Belo Monte (Pará), em que cerca de 7 mil terceirizados cruzaram os braços durante 12 dias. Todas essas movimentações nos mostram que, se os sindicatos perderam a força protagonista da luta dos trabalhadores, a organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho forçou os sindicatos a se renovarem e a compreenderem a natureza do trabalho precarizado, as especificidades e o potencial das novas gerações de trabalhadoras e trabalhadores.

As relações entre classe, território, gênero e raça são cada vez mais importantes para os processos de politização. A greve internacional de mulheres, convocada em 2018 e que teve mais força na Argentina e na Espanha, denuncia a violência contra as mulheres, as desigualdades econômicas e as políticas de ajuste fiscal, sinalizando novas formas de mobilização política. As greves gerais do século XX não era tão “gerais” assim, deixando de fora parte importante do trabalho realizado: o trabalho doméstico. Com os desmontes nos serviços públicos de saúde e proteção social, se intensificou a necessidade do trabalho não remunerado das mulheres para garantir o cuidado com doentes, pessoas mais velhas e crianças. As recentes mobilizações feministas no sentido de uma greve de mulheres visam incluir o trabalho não reconhecido e não remunerado na agenda de lutas do trabalho (GAGO, 2018).

As novas lutas na cidade são um bom exemplo dessas formas de fazer política que estão atentas a outros aspectos da vida do trabalhador: mobilidade, acesso a serviços públicos de qualidade, direito a uma vida digna diante da violência policial e da militarização dos territórios urbanos, construção de uma democracia mais efetiva. Na Espanha, em 2017, nasceu o primeiro “sindicato dos inquilinos”, nova ferramenta de luta pelo direito à moradia e contra a especulação imobiliária, que determina a vida nas grandes cidades e encarece o preço dos aluguéis. Não é coincidência o fato de que, em muitos lugares do mundo, as lutas em torno dos “modos de vida” ganharam importância definitiva. Os protestos iniciados em 2011 (como Occupy nos Estados Unidos, 15M na Espanha e Gezi Park em Istambul) não foram lutas de “trabalhadores” em seus locais de trabalho, mas um descontentamento generalizado com a vida cotidiana, com a falta de democracia. Em junho de 2013, as principais capitais brasileiras tiveram as suas ruas tomadas por movimentos reivindicando o direito à circulação pela cidade, num contexto em que a vida nos centros urbanos se tornou mais difícil e cara. Portanto, uma desconfiança em relação às transformações dos modos de vida e trabalho vem se expandindo no mundo junto com o desemprego, a desigualdade e a fragilização dos dispositivos democráticos.

Assim, além dos sindicatos, outras formas de organização parecem proliferar: coletivos de mulheres que debatem assédio no trabalho; professoras e professores que se organizam por meio de redes e campanhas específicas; negras e negros que se mobilizam para enfrentar o racismo institucional em vários âmbitos; ocupações urbanas que se expandem e criam formas de sobrevivência diante da segregação produzida pelo capital imobiliário, compondo redes importantes de reconhecimento e ajuda mútua entre os mais precarizados.

“A fábrica agora é a cidade”, ou seja, o território urbano como um todo se torna campo de disputas e novas solidariedades, as trabalhadoras e os trabalhadores não se concentram apenas na indústria, mas estão nos diversos espaços de sobrevivência. Enquanto a nova dinâmica empresarial alcança todas as esferas da vida, o trabalho e as novas formas de resistência também atuam na vida como um todo, na direção de fazer uma vida mais “vivível”. Muitos jovens vêm expressando a relevância de temas mais ligados à cidade e à dimensão do território, que, por vezes, dialogam com iniciativas juvenis no campo da cultura. As práticas culturais, frequentemente combinadas ao ativismo, são uma forma de reivindicar um trabalho com mais sentido e debater as condições de vida em periferias e comunidades. Assim, jovens produtoras e produtores culturais buscam novos estilos de vida e estratégias para gerar renda com base nas suas práticas, pensam também em alternativas para fomentar o desenvolvimento local e as redes comunitárias. Nesse sentido, vão sendo incorporadas iniciativas ligadas à economia solidária, ao uso de moedas sociais e outras formas de repensar a economia e as dinâmicas locais.

A internet se tornou um instrumento importante para essas novas possibilidades de organização. Atualmente, proliferam grupos de WhatsApp de trabalhadores de uma mesma empresa para troca de informações, ajuda mútua, organização de paralisações (como no caso dos trabalhadores da Uber); e páginas no Facebook que denunciam experiências de humilhação ganham força, como a página “Eu, Empregada Doméstica”, que tem mais de 160 mil seguidores.

Cada vez mais, as formas de organização de trabalhadoras e trabalhadores extrapolam a dimensão do trabalho para politizar a vida como um todo, descobrindo novas formas de luta coletiva e revelando a luta das mulheres e a luta antirracista como parte fundamental dessa nova etapa de politização. É interessante notar como, em 2020, as mobilizações de entregadores de moto e bicicleta retomam a centralidade do trabalho nas lutas da juventude. Ainda que distantes das dinâmicas e da cultura sindical, as novas formas de precarização do trabalho levam entregadores a uma greve organizada de forma horizontal (ainda que em diálogo com o sindicato da categoria) e com forte uso das redes sociais. Alguns desses trabalhadores dizem não ter interesse na formalização de seus contratos de trabalho. Contudo, conseguem identificar que são alvo da exploração das grandes corporações e, num difícil e desprotegido cotidiano de trabalho, reinventam as formas de luta.

As paralisações destacam as más condições de trabalho, conseguem espaço nas mídias tradicionais e pressionam as empresas responsáveis pelas plataformas, chamando a atenção de instituições públicas como a Justiça do Trabalho e o Congresso Nacional. As agendas reivindicam o fim das penalizações realizadas pelas plataformas (por meio do bloqueio ao aplicativo), remuneração melhor por hora de trabalho, apoio em casos de acidente, possibilidade de férias remuneradas, entre outras questões. Num momento muito delicado, em que o mundo do trabalho e os próprios dispositivos democráticos seguem em constante ameaça, as contradições permanecem vivas e a renovação das formas de mobilização social nos lembram da velha máxima: “A luta continua!”.

# Ativ

Atividades

As atividades a seguir compõem uma proposta de caminho formativo para que educadoras e educadores desenvolvam, junto a estudantes e jovens em geral, um diálogo sobre os desafios que jovens vem encontrando para realizar a sua inserção no mundo do trabalho.

Elas podem ser realizadas no formato proposto, podem ser combinadas a outras atividades ou ainda adaptadas, sempre com base no contexto e nos objetivos de cada espaço de formação. Além das cinco atividades descritas aqui, foram desenvolvidos dois jogos (*Lutas & Labutas* e *No Corre por Trabalho*) que compõem esse ciclo de formação, devendo ser incorporados durante o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Esse conjunto é, sobretudo, uma proposta de diálogo, em que informações se combinam a um conjunto de reflexões, trocas e descobertas que têm como foco refletir sobre a inserção da juventude no mundo do trabalho. O material busca dar conta das mais variadas dimensões, como os direitos associados ao trabalho, a sua relação com a formação e o acesso a diferentes níveis de ensino, o trabalho doméstico remunerado e não remunerado, as desigualdades de raça e de gênero que marcam o mundo do trabalho, as mudanças vividas nas últimas décadas que resultam em novos modos de precarização e exploração e as muitas formas de luta coletiva.

Ao final, o que esperamos é que os jovens se tornem mais conscientes das possibilidades e dos desafios de ingressar no mundo do trabalho e também mais engajados a procurar uma trajetória profissional que lhes traga maior satisfação e realização pessoal e coletiva.

### Atividade 1 | Quem faz o trabalho doméstico<sup>12</sup>?



**Objetivo:** Refletir sobre o trabalho doméstico, sobre quem frequentemente o realiza, sobre a sua desvalorização e a não remuneração.



**Duração prevista:** 90 minutos (2 aulas)



**Materiais:** Bolas pequenas (de plástico ou de pingue-pongue) e dois recipientes.



#### Processo

**Momento 1:** Com a turma organizada em semicírculo, propor uma dinâmica de jogo. Utilizar dois recipientes como alvo (pode ser um balde pequeno, uma lixeira etc.), um identificado com a palavra “Mulheres” e o outro recipiente com a palavra “Homens”.

Pedir a cada estudante que se dirija ao centro da roda e pegue uma bola, identificadas com atividades domésticas, como “Lavar a louça” e “Cozinhar” (conforme sugestões

<sup>12</sup> Atividade desenvolvida com base em material da ONG FastFood da Política.



a seguir). Quem pegou a bola deve ler em voz alta a atividade escrita para a turma e, por conta própria, dizer se acredita que essa atividade é realizada com mais frequência por homens ou por mulheres.

### Sugestões de atividades domésticas

1. Lavar louça / 2. Lavar roupa / 3. Ir ao mercado / 4. Lavar o banheiro / 5. Passar roupa / 6. Cozinhar o almoço / 7. Fazer o café da manhã / 8. Cuidar das crianças e de pessoas doentes ou incapacitadas / 9. Arrumar crianças para a escola / 10. Levar e buscar as crianças na escola / 11. Arrumar a cama / 12. Colocar o lixo para fora / 13. Limpar o chão / 14. Fazer pequenos reparos / 15. Cuidar dos animais domésticos / 16. Arrumar os ambientes da casa / 17. Ajudar as crianças a fazer lição de casa / 18. Cozinhar a janta / 19. Cuidar das plantas / 20. Colocar as crianças para dormir.

Assim que todas as bolas se esgotarem, perguntar aos estudantes qual dos recipientes (e, conseqüentemente, qual gênero) ficou com a maior quantidade de bolas. Refletir juntos se o resultado corresponde mesmo à realidade. Depois orientar uma discussão com a turma discuta com base na seguinte questão: “Quais as desvantagens de ser responsável pelo trabalho doméstico?”.

**Momento 2:** Realizar uma segunda rodada do jogo, mas agora com os recipientes identificados com as palavras “Concordo” e “Discordo” e com as bolas trazendo afirmações sobre a realização do trabalho doméstico no Brasil e os seus impactos (conforme indicado a seguir).

### Afirmações sobre a realização do trabalho doméstico no Brasil e os seus impactos

#### **O trabalho doméstico é feito por amor.**

Essa afirmação traduz a ideia de que o trabalho doméstico é uma habilidade natural das mulheres e que elas o realizam porque querem. As mulheres gastam em média 73% mais tempo que os homens na realização do trabalho doméstico e muitas vezes cumprem “duplas jornadas”, conciliando estas com o trabalho remunerado ou os estudos fora de casa. As pesquisas indicam que o cuidado com a casa e com as crianças pequenas é uma das principais razões para que jovens mulheres tenham dificuldade para estudar e trabalhar.

#### **O trabalho doméstico é indispensável para que as pessoas possam realizar outros trabalhos ou atividades fora de casa.**

Em 2005, pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF) levantaram o valor que seria correspondente ao trabalho doméstico não remunerado no Brasil e chegaram a um total de R\$ 235,4 bilhões em um ano, o que indica a importância desse trabalho para o restante da economia girar.

### **O fato de o Brasil ser o país com maior número de trabalhadoras domésticas do mundo tem a ver com o seu passado escravocrata.**

O trabalho doméstico remunerado é basicamente uma atividade feminina: mais de 92% das pessoas nessa atividade são mulheres. Dados do IBGE mostram que, em 2018, 63% dessas mulheres eram negras e que 2 de cada 10 das mulheres negras no Brasil eram trabalhadoras domésticas, quase o dobro do percentual de mulheres brancas nessa ocupação.

### **No Brasil, as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos têm seus direitos respeitados, como horário de almoço, férias, FGTS e compensação de horas extras.**

De acordo com o IBGE, no Brasil, dos mais de 6 milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos, menos de 30% trabalha com carteira assinada. Portanto, a maioria não tem garantia de direitos, como jornada de trabalho regular, férias e 13.º salário.

Ao pegar a bola com uma frase, o estudante deverá ler em voz alta e dizer se concorda com o que está escrito ou se discorda. Entregar a uma segunda pessoa (voluntária) um pedaço de papel com o texto complementar e pedir a ela que faça a leitura da afirmação antes de dizer se concorda ou discorda com a escolha do estudante anterior, justificando a sua resposta. Outras pessoas podem se manifestar, tentando convencer o estudante que está com a bola. Em seguida, o estudante arremessa a bola no recipiente correspondente à sua resposta, podendo ter ou não mudado de ideia depois da conversa.

**Momento 3:** Com base nas questões levantadas durante o jogo, discutir com os estudantes:

- Trabalho doméstico é trabalho? Por que vocês acham que ele é pouco valorizado?
- Qual o efeito do trabalho doméstico nas trajetórias das jovens e dos jovens brasileiros? Como mudar isso?
- Como valorizar o trabalho doméstico remunerado?

**Orientações:** Busque lembrar a turma de que os papéis atribuídos a homens e mulheres variam tanto no tempo quanto de uma cultura para a outra, sendo uma construção social, cultural e histórica e não se reduzindo à sua dimensão biológica. Nas nossas sociedades, mesmo com tantas mudanças ao longo do tempo, as desigualdades no mundo do trabalho ainda afetam mais as mulheres.

Durante os debates, procure chamar a atenção dos estudantes para o fato de que o trabalho doméstico é mais realizado por mulheres, mas não se dá de forma igual para todas elas, pois também é afetado pelas desigualdades de raça e classe, sendo, por exemplo, mais realizados por mulheres negras. Uma dimensão histórica importante é de que a saída das mulheres brancas de classe média do ambiente doméstico para trabalhar fora se deu em razão do apoio do trabalho doméstico por parte de mulheres negras, que passaram a cuidar da casa e dos filhos dessas novas ingressantes no mercado de trabalho.

Por fim, é importante refletir sobre a valorização e a visibilidade do trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não remunerado. Se ele é necessário para outras formas de trabalho, como evitar que as pessoas que executam essas atividades tenham as suas vidas negativamente afetadas? Os movimentos das mulheres e o movimento negro falam tanto da divisão mais igualitária quanto da valorização econômica dessas atividades e da ampliação dos direitos associados a elas.

## Atividade 2 | Meninas e mulheres negras nas ciências



**Objetivos:** Dar visibilidade e apresentar a trajetória de cientistas negras e não brancas e discutir a produção científica e intelectual dessas mulheres e a sua (in)visibilidade nas ciências exatas, humanas e biológicas.



**Duração prevista:** 90 minutos (2 aulas)



**Materiais:** Textos com as trajetórias das cientistas, lápis e caneta.



### Processo

**Momento 1:** Pedir aos estudantes que formem grupos de 4 a 5 integrantes e atribua um número por grupo. Em seguida, distribuir para cada grupo uma matéria com a foto e a história de uma personagem de destaque no mundo das ciências indicada com o número correspondente ao grupo, entregue anteriormente. Dar cerca de 15 minutos para que os integrantes do grupo discutam entre si as questões relacionadas à trajetória de cada personagem: 1) Vocês conhecem essa mulher? 2) O que mais chamou a atenção do grupo nessa história? 3) Que tipo de obstáculos essa mulher enfrentou para se tornar cientista? Por que vocês acham que histórias como essa são tão pouco conhecidas?

**Momento 2:** Após a discussão interna, orientar os grupos a apresentarem e discutirem com a turma de forma criativa (poesia, encenação, música e outras) a trajetória da sua personagem. Ao final de cada apresentação, discutir com a turma as seguintes questões: 1) É comum mulheres negras e não brancas na ciência? 2) O que essas histórias de vida nos ensinam?

**Orientações:** Chame a atenção dos estudantes para experiências mais próximas: por exemplo, quantas professoras negras de Física, Matemática ou Química eles já tiveram? Nos últimos anos, muitos esforços foram feitos para dar mais visibilidade a realizações de pessoas não brancas. Tente relacionar essa discrepância com fatores ligados ao racismo (sobretudo à falsa ideia de que negras e negros têm menos aptidões para atividades

intelectuais) e às iniquidades de gênero (retomando a atividade anterior) e como essas duas dimensões se relacionam entre si.

**Informação:** Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as mulheres negras são apenas 3% das professoras doutoras nos cursos de pós-graduação no Brasil. Já os homens brancos são 43% dos professores nesse mesmo segmento de ensino. Essa diferença de gênero e raça na academia reflete as dificuldades históricas enfrentadas pelas mulheres negras, como o racismo estrutural. Mesmo quando elas acessam o ensino superior e a pós-graduação, a escassez de políticas de permanência para essas estudantes contribui para a sua ausência nesses espaços. Além disso, mesmo alcançando posições de destaque na academia, a produção dessas mulheres muitas vezes segue na invisibilidade, sendo apontada como não científica, principalmente quando trata de temas como raça e gênero.

### Katherine Johnson (Estados Unidos, 1918-2020)

Falecida em 2020 aos 101 anos, Katherine Johnson deixou um legado extremamente importante para as mulheres na ciência e para o avanço da tecnologia. Desde pequena, foi uma aluna prodígio na Matemática. Aos 14 anos, terminou o ensino médio e, aos 18, recebeu o seu diploma universitário. Mais tarde, em 1953, Johnson começou a trabalhar na Nasa como “computadora” (nome dado às mulheres que, na época, faziam os cálculos matemáticos à mão, já que os computadores eletrônicos ainda não existiam).

Na agência espacial norte-americana, ela integrou uma equipe de mulheres negras que trabalhavam no Centro de Pesquisa Langley, em Virgínia, produzindo cálculos para o lançamento de sondas e foguetes, história que deu origem ao filme *Estrelas além do tempo* (2016). Foi Katherine quem forneceu os dados finais necessários para que a Apollo II, levando Neil Armstrong, pousasse na Lua pela primeira vez em 1969.

Na época, as mulheres não participavam de reuniões da Nasa, mas como não havia lei que proibisse, Johnson começou a frequentar os encontros. Era comum, na época, que apenas os engenheiros assinassem a autoria das pesquisas e dos cálculos, mesmo contando com a colaboração de mulheres. Em 1960, Johnson se tornou a primeira mulher de sua divisão a receber crédito por um relatório de pesquisa. Em 2015, o presidente Barack Obama concedeu a ela a Medalha Presidencial da Liberdade.

(Fonte: “Cinco cientistas negras que mudaram a história da ciência”, em Revista Galileu. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2020/03/5-cientistas-negras-que-mudaram-historia-da-ciencia.html>. Acesso em: 21 set. 2020.)

**Lélia González** (Brasil, 1935-1994)

Penúltima de dezoito irmãos, Lélia Gonzalez nasceu em Minas Gerais, filha de um negro ferroviário e de uma mãe indígena que trabalhava como doméstica, de quem recebeu as primeiras lições de independência. Em 1942, a família se mudou para o Rio de Janeiro, acompanhando Jaime, seu irmão que era jogador de futebol do Flamengo. No Rio de Janeiro, o primeiro emprego dela foi como babá.

Graduou-se em História e Filosofia, exercendo a função de professora da rede pública. Posteriormente, concluiu o mestrado em Comunicação Social. Doutorou-se em Antropologia e Política Social em São Paulo (SP) e dedicou-se às pesquisas sobre as temáticas de gênero e etnia. Professora universitária, lecionou Cultura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O seu último cargo na instituição foi como chefe do Departamento de Sociologia e Política.

Viúva de Luiz Carlos González, ela enfrentou o preconceito por parte da família branca do marido. Por meio do candomblé, da psicanálise e da cultura afro-brasileira assumiu a sua condição de mulher negra, destacando-se pela importante participação no Movimento Negro Unificado (MNU), do qual foi uma das fundadoras. Para ela, a criação do MNU foi “o mais importante salto qualitativo nas lutas da comunidade brasileira na década de 1970”.

Ativista incansável, militou em diversas organizações, com o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e o Coletivo de Mulheres Negras N’Zinga, do qual foi uma das fundadoras. Faleceu vítima de problemas cardíacos no Rio de Janeiro em 1994.

(Fonte: Portal Geledés, <https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-1935-nascia-lelia-gonzalez/>.)

**Maria Beatriz Nascimento** (Brasil, 1942-1995)

Maria Beatriz Nascimento nasceu em Aracaju (SE) em 1942, filha de uma dona de casa e de um pedreiro, sendo a oitava de dez irmãos. Em 1950, se muda com a sua família para o Rio de Janeiro (RJ), onde se tornaria um dos mais importantes nomes de feminismo negro.

Aos 28 anos, formou-se em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi professora na rede pública de ensino do Estado e pós-graduou-se em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). No filme *Ôrí* (1989, com direção de Raquel Gerber), Beatriz narra as suas experiências, fala dos movimentos negros das décadas de 1970 e 1980, das relações entre Brasil e África, além de discutir sobre os quilombos e os seus significados. Beatriz foi uma das primeiras intelectuais negras a questionar os trabalhos acadêmicos que abordavam a temática racial, que até aquele momento eram dominados por brancos.

Filha de Beatriz, Bethânia Nascimento fala sobre a importância da memória da mãe: “Minha mãe se preocupou muito com a escola, com o educar do povo preto. Ela mesma falava que procurava Zumbi [dos Palmares] nos livros e não encontrava, só aquela história de escravos. [...] Quando a

gente sabe de onde a gente vem, sabe para onde vai. A identidade é algo muito importante para nós, como a nossa história é contada e precisa ser recontada. Meu sonho é que Beatriz não chegue só nas universidades, mas nos jardins de infância”.

Em 1995, aos 52 anos, Beatriz foi assassinada ao defender uma amiga de seu companheiro violento.

(Fonte: Notícia Preta, <https://noticiapreta.com.br/voce-sabe-quem-foi-beatriz-nascimento/>, e Portal Geledés, <https://www.geledes.org.br/beatriz-nascimento-atlantica/>.)

**Mae Carol Jemison** (Estados Unidos, 1956)

Caçula de três irmãos, Mae Carol nasceu em 1956, numa época em que a Nasa não permitia que as mulheres se tornassem astronautas, principalmente as mulheres negras. Seu pai era um faz-tudo e sua mãe, professora primária.

Em 1977, formou-se em Engenharia Química na Universidade Stanford, destacando-se entre os alunos que tinham bolsa de estudos. Paralelamente, concluiu o bacharelado em Estudos da Arte Africana e Afro-Americana. Em 1981, finalizou um doutorado em Medicina. Enquanto preparava a sua tese, conseguiu fazer um estágio em Cuba, integrando um grupo de pesquisa estudantil dos Estados Unidos.

Como médica, foi voluntária nos anos 1980 n um campo de refugiados cambojanos na Tailândia e integrou a força de paz dos Estados Unidos em Serra Leoa e na Libéria. Escreveu manuais de autocuidado, desenvolveu diretrizes para o trabalho voluntário na área de saúde de seu país e participou das pesquisas para a criação da vacina contra a hepatite B.

De volta aos Estados Unidos, Mae passou a trabalhar tanto como médica quanto como engenheira na Califórnia. Lembrou do sonho de infância e decidiu se inscrever no programa de formação de astronautas da Nasa. Em 1987, foi uma das 15 pessoas selecionadas entre mais de 2 mil candidatos.

Em 1992, ela realizou o sonho de fazer parte da tripulação de um ônibus espacial, o Endeavour, na missão STS-47, que orbitou a Terra entre os dias 12 e 20 de setembro. Foi a primeira mulher negra a ir ao espaço. Atualmente, lidera a organização 100 Year Starship, que tem como objetivo enviar humanos para além do sistema solar nos próximos cem anos.

(Fonte: Blog do QG, <https://blog.enem.com.br/conheca-5-cientistas-negros-que-fizeram-historia/>, e M de Mulher, <https://mdemulher.abril.com.br/cultura/mae-jemison-primeira-astronauta-negra-da-nasa/>.)

**Chien-Shiung Wu** (China, 1912-1997)

Chien-Shiung nasceu em Xangai em 1912 numa família de professores de ideias progressistas sobre a educação das mulheres. Seus pais a incentivaram a estudar num colégio interno, no qual se graduou como professora, sendo a primeira da classe.

Em 1930, Chien ingressou na Universidade Central de Nanjing, envolvendo-se ativamente com o movimento estudantil. Graduou-se em Física em 1934. Em 1936, partiu para os Estados Unidos para continuar os seus estudos e doutorou-se em 1940 na Universidade da Califórnia. Foi a primeira mulher docente de Física na Universidade de Princeton.

Durante a Segunda Guerra Mundial, junto com eminentes cientistas, trabalhou como física nuclear no Projeto Manhattan, investigando a separação dos isótopos (átomos) de urânio, que são radioativos, comprovando que os elétrons se moviam a uma grande velocidade, atravessando lâminas de espessura uniforme. As suas evidências empíricas renderam a ela um grande prestígio.

Em 1958, foi promovida a professora titular de Física na Universidade de Columbia. Com as suas investigações, aplicou na medicina o seu trabalho em física nuclear: mediante as novas técnicas, desenvolveu um método para estudar as mudanças moleculares da hemoglobina associada à anemia das células. Durante trinta e sete anos consecutivos trabalhou como uma destacada cientista, lutando contra os preconceitos de gênero.

Por sua contribuição à ciência, Chien recebeu numerosos prêmios e títulos honoris causa, entre eles, os das Universidades de Yale, Harvard e Princeton, sendo este último o primeiro prêmio concedido a uma mulher. Foi membro das Academia de Ciências da China e dos Estados Unidos e a primeira mulher presidente da Sociedade Americana de Física em 1975, recebendo a Medalha Nacional de Ciências dos Estados Unidos.

Em 1990, foi homenageado ao ter um asteroide batizado com o seu nome. Em seu país natal, é chamada de Madame Curie da China, Primeira Dama de Física e Madame Wu, sendo muito reconhecida por suas conquistas científicas, e por ser a primeira mulher chinesa do século XX a ser considerada líder científica.

Chien-Shiung Wu morreu em 1997, aos 84 anos, em sua casa em Manhattan, Nova York, Estados Unidos.

(Fonte: Mulheres na Ciência, <http://mulheresnaciencia-mc.blogspot.com/2013/02/chien-shiung-wu.html>.)

### Wangari Maathai (Quênia, 1940-2011)

Wangari Muta Maathai nasceu em 1940 na aldeia de Tetu, nas montanhas do centro do Quênia, a cerca de 160 quilômetros da capital Nairóbi. Na década de 1960, esteve entre os 800 jovens africanos que foram estudar nos Estados Unidos por meio de um programa que permitiu a vários jovens africanos estudarem em faculdades norte-americanas.

Estudou Ciências Biológicas nos Estados Unidos, onde se inspirou no Movimento dos Direitos Civis. Posteriormente, voltou a estudar no Quênia e depois na Alemanha. Maathai foi a primeira mulher da África Oriental e Central a ter um doutorado e foi a primeira mulher a trabalhar como professora assistente na região. Em 1976, tornou-se presidente do Departamento de Anatomia Veterinária da Universidade de Nairóbi, onde assumiu o cargo de professora assistente no ano seguinte.

Vencedora do Nobel da Paz em 2004 e consagrada como a primeira mulher africana a receber o prêmio, Maathai foi responsável pelo plantio de mais de 51 milhões de árvores no Quênia. À frente de seu tempo, ela desenvolveu modelos de projetos que hoje são considerados exemplares no mundo do desenvolvimento sustentável. É difícil achar conterrâneos que não tenham se inspirado no seu trabalho, que, por meio da preservação ambiental, também abraçava as causas sociais e políticas do país. Maathai recebeu vários prêmios pelas suas iniciativas inovadoras, entre eles, onze chefes de Estado da região do Congo nomearam-na embaixadora da Boa Vontade para o Ecossistema Florestal da Bacia do Congo.

Wangari faleceu de câncer aos 71 anos, em Nairóbi. Nos seus últimos anos de vida, ela cooperava com a Organização das Nações Unidas em um projeto que visava plantar 1 bilhão de árvores na África. E deixou toda uma escola de pensamento traduzida na inovadora organização fundada por ela, o Movimento do Cinturão Verde (MCV). Trabalhando no país e também além das fronteiras, o movimento visa promover a conservação ambiental, construir a resiliência climática, fortalecer as comunidades, especialmente as mulheres, além de fomentar o espaço democrático e a subsistência sustentável.

(Fonte: <https://www.dw.com/pt-002/wangari-maathai-a-ambientalista-queniana-que-ganhou-o-nobel-da-paz/a-52297058>; <http://www.afreaka.com.br/wangari-maathai-e-o-movimento-do-cinturao-verde/>.)

## Atividade 3 | Uberização do trabalho: jovens e informalidade



**Objetivo:** Apresentar aos estudantes a noção de “uberização do trabalho” e suas características, relacionando à discussão sobre juventude, trabalho e informalidade no Brasil.



**Duração prevista:** 90 minutos (2 aulas)



**Materiais:** Vídeo “Treta no Trampo” e o trailer do filme *Gig, a uberização do trabalho* (2019). Papel cartolina ou craft, lápis, giz e/ou canetas e fita adesiva.



**Processo**

**Momento 1:** Ver o vídeo com a turma e, ao final da exibição, dividir a turma em grupos de 5 a 6 pessoas.

**Momento 2:** Pedir à turma que discuta brevemente as seguintes questões: Vocês conhecem jovens que trabalham como entregadores por aplicativos? Por que vocês acredita que eles buscam esse tipo de alternativa de trabalho?

**Momento 3:** Entregar uma cartolina ou papel craft e pedir aos estudantes que desenhem uma entregadora ou um entregador por aplicativos com as seguintes informações:

- um balão com a fala sobre as queixas e as demandas abordadas no vídeo;
- na mochila, as razões ou (se houver) as vantagens de realizar esse tipo de trabalho.

**Momento 4:** Pedir a cada grupo para colocar na parede ou na lousa o seu desenho e convidar a turma a ver as produções por cerca de 5 minutos. Depois, reunir a turma em semicírculo e iniciar um debate com base em duas questões: 1) Ter direitos trabalhistas seria importante para entregadores por aplicativos? Quais? 2) Quem tem e quem não tem direitos trabalhistas no Brasil?

**Orientações:** Ajude a turma a pensar quem costuma realizar esse tipo de trabalho (em geral, homens negros, jovens e moradores das periferias de centros urbanos) e se ele poderia configurar o que chamamos de trabalho precário. Busque trazer o conceito de uberização para debater se esses jovens devem ter direitos reconhecidos, pensando quais seriam alguns deles. Ao final, tente mostrar a importância de termos direitos associados ao trabalho, como forma de equalizar a relação tão desigual entre os trabalhadores e as empresas, sobretudo quando o desemprego é uma realidade. Conclua mostrando que a mobilização de trabalhadores é fundamental para obter direitos.

**Informação:** A uberização seria um modo de trabalho intermediado pela tecnologia, na qual o trabalhador presta um serviço por meio de uma plataforma digital como o Uber, que o conecta com os clientes. Assim, ele deve dispor dos equipamentos necessários e assumir os custos e os riscos desse trabalho, obedecendo à dinâmica de cada plataforma ou aplicativo. Em todo o mundo, há um debate sobre a configuração de uma relação de trabalho com a empresa que desenvolve a tecnologia (em geral, aplicativos) e, portanto, sobre o fato de esse trabalhador ter reconhecido um vínculo de trabalho que lhe garanta direitos na realização dessa atividade profissional.

## Atividade 4 | O que é ser empreendedor?



**Objetivo:** Problematizar o que significa ser empreendedor. Há diferença entre ser empreendedor na periferia e no centro, entre abrir um comércio no bairro ou uma startup?



**Duração prevista:** 90 minutos (2 aulas)



**Materiais:** Cartelas com os perfis de empreendedoras e empreendedores.



### Processo

**Momento 1:** Formar até 8 grupos e distribuir duas das cartelas a cada um (serão duas cartelas para cada tipo de empreendedor). Orientar os grupos a ler as cartelas e apontar: a) Quais delas estão mais presentes no seu cotidiano e quem as realiza? b) Quais as principais diferenças entre elas? c) Essas atividades correspondem ao que você imagina ser um empreendedor? Pedir à turma que escreva as respostas no verso das cartelas ou em algum papel.

**Momento 2:** Cada grupo vai apresentar as atividades das cartelas e as respostas que trouxeram. Ao final das apresentações, a turma deve debater rapidamente o que é um empreendedor.

**Momento 3:** Na lousa, fazer uma divisão entre “pontos positivos” e “pontos negativos” e pedir à turma que ajude a preencher esse quadro, considerando a diversidade de trabalhos no campo do que se chama de empreendedorismo.

**Orientações:** Nesta atividade, é importante refletir sobre o que se considera empreendedorismo e avaliar se ele incorpora muitos tipos de trabalho diferentes. Em geral, a imagem do que é ser um empresário está associada a algo mais glamoroso, mas devemos considerar um espectro bem amplo de possibilidades. Para se tornar um grande empreendedor, frequentemente serão necessários aportes financeiros e investimentos em formação. Portanto, é algo que não está disponível de forma igual para todos. Para grande parte da população, se trata de uma forma de ganhar a vida, associada à necessidade e à ausência de direitos e proteção social. Por outro lado, ser empreendedor é uma forma de tentar escapar da submissão ao patrão, ter liberdade de tempo que compatibilize com outras atividades e tentar sobreviver trabalhando com o que se gosta.

**Informação:** Atualmente, há muitas iniciativas de organizações da sociedade civil, do Sebrae, de setores empresariais e também políticas públicas que dão apoio financeiro e orientação técnica a pequenos empreendedores, inclusive no campo de negócios de periferia e favelas e também na área cultural. Se achar relevante, estimule a turma a conhecer essas possibilidades.

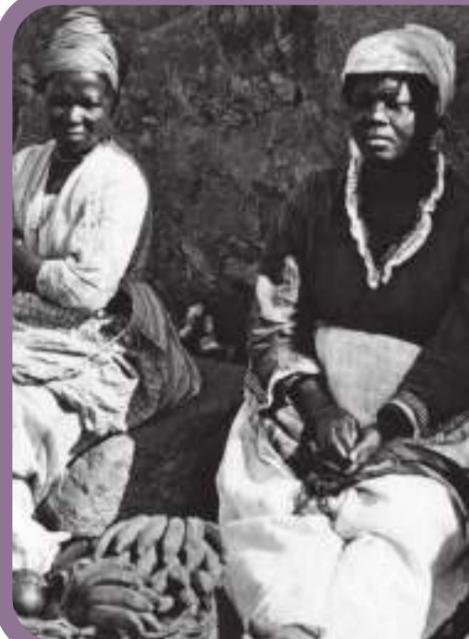


Foto: Benjamin Alexander por Pheabey

### Quituteiras

A origem do ofício das quituteiras remete à escravidão, quando as mulheres negras vendiam comida na rua, muitas vezes com uma mesinha ou tabuleiro para sustentar as suas famílias.

Embora a sociedade tenha mudado muito de lá para cá, ainda existe uma forte presença feminina, sobretudo negra, na venda de comida nas ruas das cidades brasileiras.

As quituteiras trabalham por conta própria, de modo informal, e frequentemente combinam a atividade com outros afazeres domésticos.



Foto: Kiniete por Pheabey

### Revendedores/as de marcas de cosméticos

Em 2014, havia mais de 4 milhões de pessoas trabalhando com revenda de produtos da indústria de cosméticos, atuando de forma informal, sem contrato de trabalho. Cerca de 95% dessas pessoas são mulheres.

Muitas vezes, a venda de cosméticos é uma atividade que complementa a renda familiar, mas que não costuma ser vista como trabalho, seja pela pessoa ou pela sociedade.

Em geral, o desconto pela revenda é o que atrai as mulheres, podendo ser a sua principal atividade ou não. Embora existam nas várias classes sociais, a maior parcela dessas trabalhadoras é formada por mulheres mais pobres, que realizam os esforços de venda, arcam com os custos e os investimentos e assumem os riscos desse negócio.



Foto: StockSnap por Pheabey

### Influenciadores/as digitais e youtubers

Com a grande popularização da internet e das redes sociais (plataformas on-line), surgem os influenciadores digitais. Na produção de conteúdo, eles expressam análises e ideias, podendo influenciar outras pessoas e segmentos. O youtuber é um produtor de conteúdo que se utiliza da plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube, podendo se inscrever no Programa de Parcerias da plataforma para monetizar as visualizações. Assim, cumprindo alguns pré-requisitos, ele ganha dinheiro pelo alcance desse conteúdo, inserindo anúncios ou trocando a exposição de uma marca pelo recebimento de produtos.

Segundo o YouTube, os canais de maior sucesso são sobre entretenimento, moda e beleza, gastronomia, música e games. Contudo, poucos youtubers e influenciadores conseguem rendimentos significativos, pois dependem de grande alcance, o que pode demandar investimentos diversos e conhecimento específico. Há ainda pessoas menos interessadas no ganho financeiro, mas que buscam promover causas sociais e políticas, compartilhar experiências pessoais, cultura, identidade e visão de mundo.



Foto: StartupStockPhotos por Pheabey

### Donos/as de startups

Startups são empresas emergentes que desenvolvem um produto ou serviço inovador, com a possibilidade de uma grande expansão, geralmente sob comando de pessoas bastante jovens.

Segundo dados da Associação Brasileira de Startups, o setor passou de 2.500 startups em 2012 para mais de 5 mil em 2017. Como, em geral, demandam acesso a tecnologias e investimentos, as startups são os modelos de negócio mais acessados por trabalhadores das camadas mais ricas da sociedade.

Segundo o Sebrae, 25% das startups não chegam a um ano de existência e 50% delas não alcançam o quarto ano de atividade.



Foto: Rafael Vilela/FutE

#### Coletivos culturais e produtores/as de cultura

Viver da área cultural é uma forma encontrada por muitos jovens para ter um trabalho com mais sentido e possibilidade de realização pessoal.

Tornar-se artista ou produtor de cultura pode ser fruto de muitos caminhos, como a frequência em espaços religiosos, equipamentos culturais públicos ou ligados a organizações de bairro, na qual jovens aprendem linguagens diversas, como teatro, música, literatura, dança, cinema e vídeo. Há estimativas de que a chamada "economia criativa" seja responsável por cerca de 2,6 % de participação no PIB brasileiro, ou cerca de 170 bilhões de reais.

Como há pouca oferta de trabalho formal nessa área, muitos jovens se organizam em coletivos e grupos para gerar recursos de forma autônoma.

No Brasil, as políticas públicas apoiam produtores especialmente na forma de editais (como o Programa Vai no município de São Paulo), que financiam projetos, assim como faz o setor privado.



Foto: Maurício Mascaro no Pexels

#### Pequenos comerciantes de bairro

Os comércios de bairro são pequenas lojas, mercados, barbearias, adegas e outros pequenos empreendimentos, muitos dos quais funcionando informalmente, em especial nas periferias das grandes cidades.

Segundo o estudo *Participação das MPE na economia nacional e regional*, do Sebrae e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o rendimento das micro e pequenas empresas corresponde a 30% do PIB nacional.

Contudo, segundo o Sebrae, uma em cada quatro pequenas empresas que estão formalizadas (possuem CNPJ) fecham as portas antes de completar dois anos de atividade.



Foto: Kai Pilger por Pshabby

#### Entregadores/as de moto/bicicleta

Entregadores por aplicativo se tornaram uma atividade muito debatida, seja pelo grande crescimento observado nos últimos tempos, seja pelo reconhecimento como uma das atividades que representam o processo de precarização do trabalho hoje em dia.

Em 2019, uma pesquisa identificou 4 milhões de entregadores por uso de plataformas digitais (aplicativos). Mais de 95% são homens, a maioria é de jovens negros que realizam longas jornadas de trabalho (algumas superiores a 12 horas diárias), sobretudo nos finais de semana.

Motociclistas chegam a ganhar mensalmente até o dobro do rendimento de ciclistas.



Foto de formulário Pshere

#### Serviços de estética (cabelo, sobrancelha, manicure e pedicure)

Acompanhando os ramos de estética e beleza, o Sebrae identificou, em 2017, 700 mil pequenos negócios no país nessas áreas, definidas como "cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza".

A Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec) apontou que o Brasil é o quarto maior mercado nessa área em todo mundo. Com a grande oferta de cursos de capacitação para atividades nesse campo, há um número significativo de pessoas prestando esses serviços, sendo algo bastante comum nas periferias dos centros urbanos, atividade marcada pela informalidade.

O IBGE revelou que, em 2018, essa foi uma das áreas que ajudou a puxar os números do trabalho informal no Brasil. Frequentemente, este é um trabalho que ocorre no ambiente doméstico, sendo predominantemente realizado por mulheres.

## Atividade 5 | Um bom trabalho



**Objetivos:** Propor aos estudantes, com base nas experiências deles, uma discussão sobre o que seria um bom trabalho e construir coletivamente o que seria uma agenda de trabalho decente para a juventude.



**Duração prevista:** 90 minutos (2 aulas)



**Materiais:** Cartelas e tabela “Características de um trabalho”.



### Processo

**Momento 1:** Orientar que a turma de divida em duplas. Entregar, para cada dupla de estudante, uma cartela onde está escrito “Um bom trabalho” ou outra onde se lê “Um trabalho ruim”, garantindo uma divisão por igual dessas cartelas entre a turma. As duplas devem, então, buscar outras duplas que tenham a descrição oposta para formar quartetos. Os subgrupos devem listar numa folha de papel os trabalhos que eles, seus familiares ou conhecidos realizam ou realizaram nos últimos anos (podendo ser emprego formal, informal ou atividades próprias), contemplando pelo menos vinte trabalhos diferentes. Entregar um conjunto de características (conforme indicado no tabela a seguir) para que os grupos associem a cada trabalho presente na lista, indicando quais características esses trabalhos possuem.

### Características de um trabalho

Trabalho noturno	Com carteira assinada / Direitos	Ambiente solidário
Longe de casa / Difícil de chegar	Próximo de casa / Fácil de chegar	Ambiente de pressão
Remuneração baixa	Remuneração boa ou satisfatória	Situação de discriminação
Por curto período	Responde a interesses pessoais / Profissão que gostaria de seguir	Situação de assédio sexual ou moral
Tem plano de saúde	Pode levar crianças/filhos	Muito esforço físico
Jornada longa	Possibilidade de crescer profissionalmente	Muito esforço mental
Consegue conciliar com estudos e outras atividades	Lugar de aprendizados importantes	Situações de risco para a saúde
Sem carteira assinada	Uso de uniforme pago	Cobrança por resultados
Contrato por um período curto	Contrato por um período longo	Aceita o seu visual, aparência ou estilo
Possibilidade de definir a sua rotina	Ser seu próprio chefe / Ninguém mandando	Incerteza sobre a renda no fim do mês

**Momento 2:** Orientar os grupos a definir cinco características boas que acreditam serem mais relevantes para um trabalho, registrando-as na cartela onde se lê “Um bom trabalho” que foi recebida no início da atividade. Depois, devem registrar três características que consideram piores, inserindo-as na cartela onde está escrito “Um trabalho ruim”. Se o grupo quiser, poderá indicar características “positivas” ou “negativas” que não estavam na tabela. As cartelas são fixadas na parede ou na lousa, de modo que todos os grupos possam ver as características escolhidas. Promover um breve debate com a turma com base na questão: “O que é um bom trabalho?”.

**Momento 3:** Assistir com a turma ao vídeo “Juventude e trabalho”, da coleção do projeto Tô no Rumo. Ao final do vídeo, discutir com os estudantes por 10 minutos em quartetos (se possível mantendo a formação da aula anterior), respondendo às perguntas:

- Que dificuldades encontram os jovens da periferia para conseguir um bom trabalho?
- A responsabilidade de ter um bom trabalho é de cada um ou a sociedade e os governos têm alguma responsabilidade sobre isso?

**Momento 4:** Com base nas características listadas, nos debates e nas respostas da aula anterior, retomar com os jovens a formação em quartetos, orientando cada grupo a registrar, em papel craft ou cartolina, a sua Agenda do Trabalho Decente, na qual devem incluir: a) as condições mínimas de um trabalho que respeite a dignidade e as necessidades básicas da juventude; b) o apoio necessário da sociedade e do governo para que jovens tenham mais chances de conseguir um trabalho decente. Sugerir que os estudantes desenhem e decorem as suas agendas. Ao final, pedir a cada grupo que exponha, no espaço da sala, a sua Agenda do Trabalho Decente e solicitar que a turma circule para ver o que cada grupo realizou (se houver tempo, também pode haver um momento para uma breve apresentação de cada grupo, podendo acontecer em um encontro seguinte).

**Orientações:** Procure lembrar que a juventude é muito diferente entre si (vive em região urbana ou rural, áreas centrais ou periféricas, pode ser negra, indígena, branca, LGBTQI+ etc.), cada uma com as suas questões, demandas e necessidades diferentes, que podem ser contempladas. Peça aos jovens que, durante a elaboração das propostas, considerem os aspectos mais objetivos e também os mais subjetivos do trabalho. Ao final, explique à turma que, em 2013, o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria Nacional de Juventude, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho, elaboraram uma Agenda do Trabalho Decente para a Juventude (disponível em [www.tonorumo.org.br/2013/10/uma-agenda-para-o-trabalho-da-juventude/](http://www.tonorumo.org.br/2013/10/uma-agenda-para-o-trabalho-da-juventude/)).

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ARAÚJO, Kathya & MARTUCCELLI, Danilo. *Desafíos comunes: retrato de la sociedad chilena y sus individuos*. Santiago: LOM Ediciones, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO SETOR DE BICICLETAS. *Pesquisa de perfil dos entregadores ciclistas de aplicativo*. São Paulo: Aliança Bike, 2019. Disponível em: [http://aliancabike.org.br/wp-content/uploads/2020/04/relatorio\\_s2.pdf](http://aliancabike.org.br/wp-content/uploads/2020/04/relatorio_s2.pdf). Acesso em: 5 maio 2020.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. “Mulher negra no mercado de trabalho”. Em *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 479. Florianópolis, jan. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16466/15036>. Acesso em: 11 set. 2020.
- BRAGA, Ruy. “Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: um olhar a partir da indústria do call center”. Em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 103, p. 25-52. Coimbra, maio 2014.
- \_\_\_\_\_. “Precariado e sindicalismo no sul global”. Em *Revista Outubro*, n. 22, p. 35-61. São Paulo, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BRASIL. *Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude*. Brasília: MTE, 2010.
- BRIDI, Maria Aparecida; BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. “Sociologia do Trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas”. Em *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 12, p. 42-64. São Paulo, jan./abr. 2018.
- CORROCHANO, Maria Carla. *O trabalho e a sua ausência: narrativas juvenis na metrópole*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2012.
- \_\_\_\_\_. “Jovens no Ensino Médio: qual o lugar do trabalho?” Em DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla L. (orgs.). *Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 205-228.
- \_\_\_\_\_ & FREITAS, Maria Virgínia de. “Trabalho e condição juvenil: permanências, mudanças, desafios”. Em PINHEIRO, Diógenes; RIBEIRO, Eliane; NOVAES, Regina; VENTURI, Gustavo (orgs.). *Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças*, v. 1. Rio de Janeiro: Unirio, 2016, p. 155-174.
- \_\_\_\_\_; ABRAMO, Laís Wendel; ABRAMO, Helena Wendel. “O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites”. Em *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, v. 36, p. 41-58. Buenos Aires, jan. 2017.
- \_\_\_\_\_; SOUZA, Raquel; ABRAMO, Helena. “Jovens ativistas das periferias: experiências e aspirações sobre o mundo do trabalho”. Em *Revista Trabalho Necessário*, v. 17, n. 33, p. 162-186, jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/29373/17090>. Acesso em: 20 set. 2020.

- CORTI, Ana Paula & SOUZA, Raquel. *Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores*. 2.ed. São Paulo: Ação Educativa, 2012.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. “Balanço das greves em 2013”. Em *Estudos e Pesquisas*, n. 79. São Paulo, dez. 2015. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.
- GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. Trad. Igor Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2018.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo. “Novas formas, novas medidas? Desemprego, trajetórias ocupacionais e experiências na produção de informações”. Em *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 4, p. 103-126. São Paulo, Fundação Seade, jul./set. 2006. Disponível em: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n04/v20n04\\_07.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n04/v20n04_07.pdf). Acesso em: 21 set. 2020.
- \_\_\_\_\_. “Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?” Em ABRAMO, Helena Wendel & BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 149-174.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 10 set. 2020.
- \_\_\_\_\_. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro 2019, 12.p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>. Acesso em: 22 set. 2020.
- \_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 10 set. 2020.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da Pnad Contínua*. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2019.
- \_\_\_\_\_. *Efeitos da ampliação dos direitos trabalhistas sobre a formalização, jornada de trabalho e salário das empregadas domésticas*. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2016.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2018*. Brasília: Inep, 2020.
- JARDIM, Fabiana Augusta Alves & ALMEIDA, Wilson Mesquita de. “Expansão recente do Ensino Superior brasileiro: (novos) elos entre educação, juventudes, trabalho?”. Em *Linhas Críticas*, v. 22, n. 47, p. 63-85. Brasília, Faculdade de Educação da UnB, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v22i47.4776>. Acesso em: 21 set. 2020.

- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- LECCARDI, Carmen. “Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo”. Em *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 2, p. 35-57. São Paulo, nov. 2005.
- MANNHEIM, Karl. “O problema da juventude na sociedade moderna”. Em BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude*, vol. I. Trad. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- \_\_\_\_\_. “O problema sociológico das gerações”. Em FORACCHI, Marialice M. (org.). *Karl Mannheim: Sociologia*. Trad. Cláudio Marcondes. São Paulo: Ática, 1982, p. 67-95.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Emprego juvenil no Brasil, 2020*. Disponível em: [www.ilo.org/brasilia/temas/emprego/WCMS\\_618420/lang-pt/index.htm](http://www.ilo.org/brasilia/temas/emprego/WCMS_618420/lang-pt/index.htm). Acesso em: 2 set. 2020.
- PAIS, José Machado. *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Porto: Âmbar, 2001.
- PAIXÃO, Marcelo & GOMES, Flávio. “História das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação”. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 424. Florianópolis, set./dez. 2008.
- PINHEIRO, Diógenes; RIBEIRO, Eliane; NOVAES, Regina; VENTURI, Gustavo (orgs.). *Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças*, v. 1. Rio de Janeiro: Unirio, 2016.
- POCHMANN, Marcio. “Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil”. Em *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 1, p. 89-99. Rio de Janeiro, jan. 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232020000100089&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000100089&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 set. 2020.
- REDE NOSSA SÃO PAULO & IBOPE INTELIGÊNCIA. *Viver em São Paulo: Mobilidade Urbana na Cidade*. São Paulo, 2018. Disponível em: [https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/09/viver\\_em\\_sp\\_mobilidade\\_apresentacao\\_2018.pdf](https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/09/viver_em_sp_mobilidade_apresentacao_2018.pdf). Acesso em: 21 set. 2020.
- SLEE, Tom. *Uberização: a nova onda de precarização do trabalho*. Trad. João Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- SPOSITO, Marília Pontes. *Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Global, 2017.
- \_\_\_\_\_; SOUZA, Raquel; SILVA, Fernanda Arantes. “A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos”. *Educação e Pesquisa*, v. 44. São Paulo, USP, dez. 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022018000100430&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022018000100430&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 21 set. 2020.

- TARTUCE, Gisela Lobo Baptista Pereira. *Tensões e intenções na transição escola-trabalho: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re) inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-31012008-105554/pt-br.php>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- TOMMASI, Livia de; CORROCHANO, Maria Carla. “Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil”. Em *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, p. 353-372. São Paulo, ago. 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142020000200353&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200353&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 set. 2020.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

## Links e conteúdos úteis

### Órgãos públicos, leis e políticas públicas

Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude  
[https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/WCMS\\_302678/lang-pt/index.htm%22](https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/WCMS_302678/lang-pt/index.htm%22)

Estatuto da Juventude  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)

Lei da Aprendizagem (n. 10.097/2000)  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm)

Lei do Estágio (n. 11.788/2008)  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20est%C3%A1gio%20de%20estudantes%3B%20altera%20a%20reda%C3%A7%C3%A3o%20do%20art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20est%C3%A1gio%20de%20estudantes%3B%20altera%20a%20reda%C3%A7%C3%A3o%20do%20art)

Ministério Público do Trabalho  
<https://mpt.mp.br/>

Organização Internacional do Trabalho (OIT)  
<https://www.ilo.org/brasil/lang-pt/index.htm>

Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente  
[https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS\\_226249/lang-pt/index.htm%22](https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_226249/lang-pt/index.htm%22)

Portal do Empreendedor (governo federal)  
<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>

Secretaria Especial de Previdência e Trabalho  
<https://www.gov.br/trabalho/pt-br>

### Materiais do Ministério Público do Trabalho

Assédio sexual no trabalho: perguntas e respostas  
[https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/assedio-sexual-no-trabalho-perguntas-e-respostas/@@display-file/arquivo\\_pdf](https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/assedio-sexual-no-trabalho-perguntas-e-respostas/@@display-file/arquivo_pdf)

Guia de acesso a direitos e serviços para pessoas trans  
[https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/cartilha-paginas-trans/@@display-file/arquivo\\_pdf](https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/cartilha-paginas-trans/@@display-file/arquivo_pdf)

Manual de boas práticas para promoção de igualdade de gênero  
[https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/guia-para-fortalecer-a-insercao-e-ascensao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/@@display-file/arquivo\\_pdf](https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/guia-para-fortalecer-a-insercao-e-ascensao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/@@display-file/arquivo_pdf)

O ABC da violência contra a mulher no trabalho  
[https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/o-abc-da-violencia-contra-a-mulher-no-trabalho/@@display-file/arquivo\\_pdf](https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/o-abc-da-violencia-contra-a-mulher-no-trabalho/@@display-file/arquivo_pdf)

O trabalho escravo está mais próximo do que você imagina  
[https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/cartilha-do-trabalho-escravo/@@display-file/arquivo\\_pdf](https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/cartilha-do-trabalho-escravo/@@display-file/arquivo_pdf)

### Outros manuais, guias e cartilhas

Assédio moral, assédio sexual e discriminação: saiba mais sobre essas distorções de conduta no ambiente de trabalho (Ministério Público Federal)  
<http://www.mpf.mp.br/o-mpf/ouvidoria-mpf/publicacoes/assedio-moral-sexual-e-discriminacao-saiba-mais-sobre-essas-distorcoes-de-conduta-no-ambiente-de-trabalho>

Guia de enfrentamento do racismo institucional  
<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>

Nova cartilha do estágio (Ministério do Trabalho e Emprego)  
[https://site.dc.ufscar.br/estagio/Ministerio\\_do\\_Trabalho\\_Nova\\_Cartilha\\_do\\_Estagio.pdf](https://site.dc.ufscar.br/estagio/Ministerio_do_Trabalho_Nova_Cartilha_do_Estagio.pdf)

Trabalhadores domésticos: direitos e deveres  
<https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/cartilha-trabalhadores-domesticos-direitos-e-deveres>

### Iniciativas da sociedade civil, fóruns, redes e universidades públicas

Afrotramos  
<https://www.instagram.com/afrotramos/?hl=pt-br>

Agência Popular Solano Trindade  
<https://www.instagram.com/agsolanotrindade/?hl=pt-br>

Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades  
<https://www.ceert.org.br/>

Cotas e racismo no mercado de trabalho – Canal Preto (vídeo)  
<https://www.youtube.com/watch?v=yoMvg6ibky4>

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)  
<https://www.dieese.org.br/>

EmpregueAfro  
<https://empregueafro.com.br/>

Entrevistas de emprego e racismo – Papo de Preta (vídeo)  
<https://www.youtube.com/watch?v=XsKcFUf2CKY>

FastFood da Política  
<http://fastfooddapolitica.com.br/>

Fórum Brasileiro de Economia Solidária  
<https://fbes.org.br/>

Índice de Mobilidade Social Global 2020 (Fórum Econômico Mundial)  
<https://www.weforum.org/reports/global-social-mobility-index-2020-why-economies-benefit-from-fixing-inequality>

Indique uma Preta  
<https://www.instagram.com/indiqueumapreta/?hl=pt-br>

Observatório da Juventude (UFMG)  
<http://observatoriodajuventude.ufmg.br/>

Portal Em Diálogo (Universidade Federal Fluminense)  
<http://www.emdialogo.uff.br/>

PretaHub  
<https://pretahub.com/#>

Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária  
<https://www.rededegestoresecosol.org.br/>

### **Formação, inserção profissional e realidade do mundo do trabalho**

Diário de um Motoca, protesto dos entregadores no Masp, 2020 – Tretas no Trampo (vídeo)  
<https://www.youtube.com/watch?v=zdP6iwGXqQ8>

Domésticas – Felipe Diniz/Casa de Cinema de Porto Alegre (curta-metragem)  
<https://www.youtube.com/watch?v=BDkAXgGiOoM>

Dos anos 90 ao século XXI: o acesso da juventude periférica ao mercado de trabalho – Desenrola e Não Me Enrola (vídeo)  
<https://www.youtube.com/watch?v=KfkZuEVYkQE>

Elas nas Exatas – Fundo ELAS (vídeo)  
<https://www.youtube.com/watch?v=FwdwVOV-ioc&t=177s>

GIG, a Uberização do trabalho – Repórter Brasil (trailer do documentário)  
[https://www.youtube.com/watch?v=gbSaTJ\\_7Zfk](https://www.youtube.com/watch?v=gbSaTJ_7Zfk)

Juventude e trabalho – Tô no Rumo (curta-metragem)  
[https://www.youtube.com/watch?v=cDfNI7Rz7\\_4&t=2s](https://www.youtube.com/watch?v=cDfNI7Rz7_4&t=2s)

Medo de sonhar, medo de sobrar – Sesc São Paulo/Infame (curta-metragem)  
<https://www.youtube.com/watch?v=s3FPKH5BTfQ>

Mucamas – Coletivo Nós, Madalenas (documentário)  
[https://www.youtube.com/watch?v=NB1CQU\\_i3Ek](https://www.youtube.com/watch?v=NB1CQU_i3Ek)

O jovem e o trampo – Vice Brasil (vídeo)  
<https://www.youtube.com/watch?v=BNUtcZ048zk>

Rádio Batente – ONG Repórter Brasil (podcast)  
<https://reporterbrasil.org.br/radiobatente/>

Sonhos de Juventude – Periferia em Movimento (vídeo)  
<https://www.youtube.com/watch?v=Mem3njGqI3I>

Trabalhar com aplicativo: liberdade ou precarização? – Canal GNT (programa de tevê)  
<https://www.youtube.com/watch?v=QgNieWh1PkY>

